

FIGUEIREDO PROVOCA CRISE AINDA MAIOR



Depois da encenação do Colégio Eleitoral, no domingo, resta a Figueiredo preparar-se agora para ocupar o trono presidencial. Até lá, no meio do caminho, o sucessor de Geisel terá, entre outros galhos, de engolir a provável derrota eleitoral da Arena no próximo dia 15, além de passar pelo cipoal de dissidências militares e protestos de todo o tipo contrários ao governo atual e ao seu esquema continuísta.

Tanto o processo sucessório, quanto mais a falência do regime, seja no plano político seja no plano econômico-administrativo, haja visto a corrupção desenfreada que hoje se revela, são fatos a indicar o agravamento da crise. (Págs. 3 e 4)

Metalúrgicos exigem liberdade de organização dentro das fábricas



JOÃO BITTAR

Numa sessão plenária, Lula, o presidente do III Congresso.

No III Congresso de São Bernardo, realizado numa colônia de férias do Guarujá, 300 operários buscam caminhos para enraizar o movimento sindical no interior das empresas. Eles querem também autonomia e liberdade sindical, defendem a unidade sindical e querem formar uma Central Única dos Trabalhadores.

(Págs. 6 e 7)

ALEX POLARI O PRESO, O POETA.



INDAGAÇÕES

Quando me interessei pelo mundo
e procurei o sentido da vida
a ética dependia da pontaria
a certeza era fácil
e estava mais nas entranhas
e no coração.
Hoje a coerência dos sistemas
me parece ridícula
e se nos livramos
de uma certa pressa
entendendo melhor a vida e a teoria,
isso não significa que
o problema da opção mudou.

(Pág. 8)

Bahia: trama adesista arrasa o MDB.

(autênticos podem ficar de fora)
(Pág. 4)

A economia e a estrutura sindical hoje

(um artigo de Chico de Oliveira)
(Pag. 7)

Corrupção: uma verdadeira briga de foice.

(como entender esse "mar de lama"?)
(Págs. 4 e 12)

GERAIS

Estudantes gaúchos realizam eleições

Entre 28 de setembro e 5 de outubro, a ordem do dia do movimento estudantil da UFRGS foram as eleições para seus diretórios acadêmicos, em número de 20. Os resultados mais significativos podem ser resumidos nos seguintes pontos: a) decréscimo ou estabilização dos votos; b) posições como "Liberdade e Luta" e "Unidade e Liberdade" pouca expressão tiveram no cômputo geral - por exemplo, a primeira das tendências não conquistou nenhum diretório; c) a Tendência Socialista do MDB, com data de fundação marcada para o dia 22 de outubro, conta com 10 diretórios entre seus simpatizantes; d) embora lançando chapas em vários DAs, a direita só conquistou um, o DAECA (Economia), possuidor de alguma expressão política.

A estabilização do número de votos é reflexo do pró-

prio impasse em que vive o movimento estudantil. E aparece cristalizado de forma mais nítida nas tendências "Unidade e Liberdade" e "Liberdade e Luta". Enquanto a primeira privilegia a nível orgânico as ações e decisões quase que restritas às diretorias de entidades e a nível político conduz uma luta reformista - na Universidade as "melhores condições de ensino"; na sociedade a "frente de todo o povo contra a ditadura"; a segunda permanece na mesma tática que notabilizou o ME no ano passado: as amplas mobilizações.

Porém isto não significa que não se vislumbrem saídas: a vitória de 10 chapas simpatizantes da Tendência Socialista o comprova. Ao contrário da simples agitação de "partidos operários independentes", a proposta da tendência visa a articular e promover ações conjuntas

entre vários setores da sociedade civil que hoje se encontram completamente desarticulados.

E a direita, que nesse ano contou com forte apoio de candidatos da Arena às eleições de 15 de novembro, só venceu um diretório significativo: o da Economia. Na Engenharia concorreu contra uma frente de esquerda e perdeu por 6 votos. E mesmo com a enorme sustentação material advinda da Arena, com as veleidades democráticas tipo Teotônio Vilela ou Magalhães Pinto a direita perdeu dois de seus diretórios mais tradicionais, a Odontologia e a Veterinária.

Em geral, podemos dizer que as eleições foram marcadas por intensas redefinições de papéis que comprovam a derrota de programas tradicionais e a procura de novos caminhos, através da Tendência Socialista.

Fraude garante vitória dos pelegos na Sabesp

A chapa da situação venceu o segundo escrutínio das eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação, Distribuição de Águas e Serviços de Esgoto de São Paulo - SABESP. A chapa 2 - de oposição - venceu o primeiro escrutínio, realizado em setembro, por 358 votos, não conseguindo maioria absoluta. Com uma margem política claramente favorável à oposição, deu o segundo escrutínio vitória à situação graças às fraudes e ameaças que caracterizaram o processo, entendem os membros da oposição.

A apuração ocorreu no dia 12 último, no auditório do sindicato à Rua Cardeal Arcoverde 1749, 8º andar, com presença de dois policiais da Polícia Militar. Foi o seguinte o resultado: dos 2.689 votantes, a Chapa 1 obteve 1.365 votos; a Chapa 2, 1.214; 11 brancos e 99 nulos. A chapa 2 defende o sindicalismo autêntico, representando por seção e a liberdade de organização.

ção foram impedidos de acompanhar as mesas; o advogado do Sindicato, Ricardo Inocente, ameaçou chamar o DEOPS para a oposição e seu advogado, Marco Aurélio Ribeiro; membros orientados pelo sindicato - que estão sendo chamados de profissionais de eleições - que são os mesmos que acompanharam as eleições dos metalúrgicos de São Paulo e, anuncia a oposição, devem ser os mesmos que farão as próximas eleições da categoria dos bancários. Além disto, a situação contou com apoio de funcionários de altos cargos administrativos da Sabesp, que já ameaçaram de demissão quem votassem ou apoiasse a Chapa 2. Laurindo Vaz foi demitido. Ivani de Lucas foi colocada à disposição do Departamento Pessoal. José Eduardo Campos Siqueira, presidente da Chapa 2, está sendo intimado a se retratar de declarações que concedeu à imprensa. E mais os seguintes representantes da oposição que concorreram ao pleito e agora estão ameaçados pela Sabesp: Carlos Moeller; Rosmil de Lima; Paulo R. Leite; Elci P. Freire; Rojagne Gomes Vieira; Heitor B. Saraiva; César L. de Paula; Herói Fung; João G. de Campos; Ezio Brevigliero; Silvio J. da Silva; Nelson L. da Silva; Edvaldo J. da Rocha; Maria Mirtes de Souza; Marcelino Gass; William Strong; José de F. Xavier.

ções conjunturais, impossível uma oposição operária vencer eleições sindicais. Condição sine-qua-non é mudar a correlação de forças de tal forma que permita desmontar a parte do aparelho de Estado existente para controle do movimento operário sindical, isto é, a Delegacia Regional do Trabalho com suas leis e portarias. O que está faltando realmente é um avanço das forças democráticas como um todo. Para a classe trabalhadora não existe democracia enquanto não for destruída a estrutura sindical em vigor. Em todo caso, todo nosso trabalho na SABESP, a preferência revelada da categoria pela Chapa 2, a mobilização eleitoral de amplas parcelas da categoria, tudo isto, mostrou que a hora dos pelegos está contada, que é uma vitória de Pirro - ganhar por fraude agora, mas serão retirados do sindicato por eleição ou outro meio que a classe conseguir nos períodos do futuro próximo. O pelego vitorioso aqui da SABESP já não controla assembleias do movimento da categoria há algum tempo. Daqui pra frente não vai controlar mais, apesar do massacre que acreditamos vai se abater sobre a oposição. Seus nomes e suas atividades traídas nunca serão esquecidos pela classe trabalhadora, vai ter a volta.

Fraudes e demissões

No entanto, a vitória da situação da Sabesp não corresponde aos anseios da categoria. "Fraude eleitoral visível foi o que garantiu este resultado", explicam representantes da oposição. Os expedientes foram diversos, como por exemplo: utilização indiscriminada de credenciais que deram direito a uma pessoa votar mais de uma vez; lacre de urna com fita crepe e não o lacre de fita gomada, previsto pela portaria do Ministério do Trabalho; fiscais da opo-

sição foram impedidos de acompanhar as mesas; o advogado do Sindicato, Ricardo Inocente, ameaçou chamar o DEOPS para a oposição e seu advogado, Marco Aurélio Ribeiro; membros orientados pelo sindicato - que estão sendo chamados de profissionais de eleições - que são os mesmos que acompanharam as eleições dos metalúrgicos de São Paulo e, anuncia a oposição, devem ser os mesmos que farão as próximas eleições da categoria dos bancários. Além disto, a situação contou com apoio de funcionários de altos cargos administrativos da Sabesp, que já ameaçaram de demissão quem votassem ou apoiasse a Chapa 2. Laurindo Vaz foi demitido. Ivani de Lucas foi colocada à disposição do Departamento Pessoal. José Eduardo Campos Siqueira, presidente da Chapa 2, está sendo intimado a se retratar de declarações que concedeu à imprensa. E mais os seguintes representantes da oposição que concorreram ao pleito e agora estão ameaçados pela Sabesp: Carlos Moeller; Rosmil de Lima; Paulo R. Leite; Elci P. Freire; Rojagne Gomes Vieira; Heitor B. Saraiva; César L. de Paula; Herói Fung; João G. de Campos; Ezio Brevigliero; Silvio J. da Silva; Nelson L. da Silva; Edvaldo J. da Rocha; Maria Mirtes de Souza; Marcelino Gass; William Strong; José de F. Xavier.

Oposição continua

A situação foi assim avaliada por José Eduardo Siqueira: "Nas atuais condi-

Professores paulistas no sindicato

Em entrevista à imprensa, na semana passada, a Chapa 2, de oposição ao Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO), denunciou a arbitrariedade do DRT ao impugnar a Chapa e as pressões e intimidações que vem sofrendo seus membros.

A impugnação se deu no dia 8 de setembro, quando a DRT julgou procedente a alegação da Chapa 1, da situação, de que oito dos membros da oposição não possuíam 6 meses de sindicalização até a data limite de inscrição das chapas e que outro não tem dois anos contínuos no exercício da profissão na base territorial do sindicato.

De acordo com a oposição, ao acatar a denúncia e impugnar a Chapa o DRT "fere a legislação, mesmo porque o embasamento legal para a medida está incorreto. Por isso, entramos com recursos junto ao Ministério do Trabalho e impe-

traram Mandado de Segurança, tentando garantir seus direitos e fazer valer a lei. "Esperamos que se faça justiça" - afirma um dos diretores.

Pressões

As pressões diz a oposição - a partir da Chapa situacionista, de diretores de algumas escolas e do próprio DRT. Da Chapa situacionista, "através de uma campanha de difamação, onde pretendem mostrar vínculos nossos com antigos dirigentes sindicais pelegos, uma vez que há um ex-presidente do sindicato nos apoiando". Dos diretores de escolas as pressões vão desde "ameaças de demissão dos sindicalistas ativos até a chamar o DEOPS". No DRT as pressões são o próprio arbítrio, caracterizado na impugnação. "A impugnação tem um caráter político e encontra-se vinculada à polícia sindi-

cal governamental. É uma manifestação particular do momento, de se fazer pressões de cima para baixo sobre o sindicalismo", afirmam os sindicalistas.

Plataforma

Especialmente, junto à categoria, e se forem eleitos, os membros da Chapa 2 ainda não chegaram a um consenso sobre como atuar dentro do sindicato. Entretanto, alguns pontos já estão definidos. São eles: a sindicalização maciça "para que o sindicato deixe de ser um clube privado (para 60000 professores, existem 1 200 sindicalizados)", luta pelo contrato coletivo de trabalho, luta pelo direito de greve, luta contra o arrocho salarial e pelo cumprimento da CLT (pagamento de adicionais noturno, pagamento das janelas e outros direitos previstos em lei, que os patrões burlam (J.V.)

29ª MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA EM SÃO PAULO

17 a 31/Outubro/1978

publicações

MASP

Av. Paulista, 1578

Cartaz/roteamento RUCK, Produção e Laboratório de Cinema Ltda.

"Um Estranho Papel", da Hungria, e "Borges para Milhões", da Argentina, abrem, na terça-feira, a II Mostra Internacional do Cinema em São Paulo, promovido pelo Museu de Arte de São Paulo. O festival vai até o dia 31 e nestes 15 dias serão apresentados 30 longa metragens de 25 países. Os filmes serão exibidos no auditório do MASP em dois horários; às 14 e às 20 horas e às 16 e 22 horas. A exemplo do ano passado, não haverá corpo de jurados, mas o público elegerá o seu filme favorito.

Os principais filmes serão os seguintes: "A Última Ceia", de Tomas Gutierrez Alea (Cuba/versão original) e "Os Dias da Água", de Manuel Octavio Gomez (Cuba/versão original), no dia 27. "Chuquiaguá", de Antonio Eguino (Bolívia/versão original); "Gamin", de Ciro Duran (Colômbia/versão original), no dia 29.

Em Minas um treinamento antiguerilha

O que aconteceria a 20 guerrilheiros em setembro de 1978, enfileirados no município de Jaboticatubas - 1300 hab. a 80 km. de Belo Horizonte - com a finalidade de semear a subversão, angariar adeptos e derrubar o governo?

"Seriam todos capturados" - responderiam prontamente os oficiais do Batalhão de Manobras Romanas XIII, composto de 380 homens da Polícia Militar de Minas Gerais - adestrados para combater a guerrilha urbana.

Mas como? O oficial Albino explica: "Executamos uma operação de defesa interna em Jaboticatubas, isto é, ocupamos a cidade através do preparo psicológico da população, invertemos a direção das simpatias populares. Mostramos para o povo a finalidade dos inimigos. Antes, na verdade fizemos uma operação "tipo polícia", controle da população, identificação, bloqueio, segurança de instalações e pontos sensíveis. Neutralizada a operação iniciada pelos guerrilheiros cortamos a rede de suprimentos deles".

"Não se vence uma guerrilha sem a ajuda da população" - esta parece ser a opinião geral dos oficiais da

PM. "Como se ganha uma população?" - indaga um oficial - "Através dos atendimentos médico e odontológico distribuindo brinquedos para crianças, buscando as simpatias" - ele mesmo responde.

Tiros a alvos móveis, tiros de combates, transposição de obstáculos e lançamentos de agentes químicos - foram muitos dos treinamentos executados por este Batalhão de Romanos XIII nas montanhas de Jaboticatubas, além é claro das prisões dos 20 guerrilheiros, e do restabelecimento da ordem e do desenvolvimento da região.

Entretanto, a Polícia Militar de Minas Gerais não está preocupada apenas, com guerrilheiros fictícios, como demonstrou com rara lucidez - um major apresentando uma arma e falando com orgulho de sua eficácia para dissolução de manifestações estudantis de protestos: "Imaginemos que os estudantes estejam escondidos no 10º andar da Faculdade de Direito. MIRO, ATIRO, a BOMBA cai lá dentro e não fica ninguém porque os agentes químicos provocam vômitos, diarreias, etc. Ninguém aguenta".

(Haroldo Quintão)

Crise hospitalar no sul

Na última segunda-feira, dia 9, os dois mil funcionários da Santa Casa, um dos principais hospitais de Porto Alegre e o único a atender gratuitamente, finalmente receberam seus salários correspondente ao mês de agosto. Esta foi a primeira vitória de salários atrasados.

Uma comissão de aproximadamente 150 pessoas procurou o advogado trabalhista Luiz Calachi Moraes, na terça-feira, que aconselhou a redação de um documento dirigido à direção da Santa Casa exigindo que o pagamento do mês de agosto fosse efetuado dentro de 48 horas e que salário do mês de setembro fosse pago dentro do prazo legal de 10 dias.

Caso contrário, os funcionários entrariam com uma medida judicial de natureza coletiva.

No dia seguinte, a comissão dos funcionários procurou a direção para entregar o documento e ao mesmo tempo realizou uma paralisação parcial das atividades. No mesmo dia, os médicos residentes aderiram ao movimento dos empregados. Como resposta, a direção culpou o INAMPSP e o FUNRURAL que não pagam suas contas à Santa Casa e nada prometeu sobre possíveis pagamentos.

Como tinha ficado estabelecido, a comissão voltou dentro de 48 horas. O clima era tenso, particularmente

pela presença de policiais nas proximidades do gabinete da direção. Enquanto a direção voltava a explicar as dificuldades da administração, um telefonema anunciava que havia sido feito um depósito de 4,5 milhões para o pagamento dos funcionários. E, ao mesmo tempo, a direção se comprometia a não tomar medidas punitivas.

O pagamento do mês de setembro deve sair até o dia 12. E se isso não acontecer, a comissão voltará a convocar todos os funcionários para continuar o movimento. Entre as reivindicações dos empregados também está incluída a participação na administração da Santa Casa.

FINAIS

Assembléia/ Há mais de dois anos os grupos de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu, através de comissões de moradores, de abaixo-assinados, ofícios, vem, incessantemente solicitando às autoridades competentes solução para os problemas mais urgentes das comunidades. Mas as respostas são promessas raramente cumpridas, ou o silêncio. Por isso decidiram, agora, convocar uma Assembléia Geral com a participação do prefeito do município, sr. Ruy Queiróz. E o homem aceitou ir. É a oportunidade de todos os bairros levarem diretamente seus problemas e de início a um diálogo com a administração pública. A data está marcada: 14 de outubro. Será no Centro de Formação de Moquetá. Falta de água, rede de esgotos, iluminação pública, pavimentação, falta de escolas, postos de saúde, transportes precários, insegurança - chegou a hora de bolar a boca no trombone!

Demissões na TV/ Recentemente a televisão bandeirantes resolveu promover uma "limpeza" no seu departamento de jornalismo que vinha despertando algumas esperanças no público telespectador com uma linha jornalística mais criativa. "O departamento foi cuidadosamente destruído e aniquilado pela direção da casa, pois teria-se uma maior repercussão com reportagens que, sem enfeites, retratavam o dia-a-dia da cidade, do país e de seu povo". É isto que afirma a redação demitida em nota distribuída, onde concluem que "a busca pela informação jornalística está

sendo substituída pela ação de pessoas comprometidas com interesses outros, que não os pertinentes ao jornalismo e à verdade".

Estudantes/ realizou-se, recentemente, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG o V Encontro Nacional de Estudantes de Administração, que contou com a participação de 14 escolas de diversos estados do Brasil. Os temas do Encontro foram: o administrador enquanto estudante; o administrador enquanto profissional e o administrador e a sociedade. No final se tirou uma comissão pró-executiva com 6 escolas fixas e as principais moções: apoio à libertação do Cajá, repúdio aos cursos "intensivos" profissionalizantes na área de administração, apoio à criação das UEEs.

União e Olho vivo/ realizou-se no dia 9 o show musical do Grupo de Teatro União e Olho vivo, em solidariedade aos jornais EM TEMPO e Versus, com a presença de 400 pessoas. O show contou ainda com a colaboração do Grupo de Teatro do Sindicato dos Bancários, que cedeu o local. O trabalho do Grupo União e Olho vivo vem demonstrando que a arte não está só em função do lazer, mas também em função da luta contra o regime. O jornal EM TEMPO agradece a solidariedade.

"Humor político"/ O Centro Acadêmico Administração de Empresas, CAAE-GV, realizará uma exposição de charges de "humor político" de 18 a 25 de outubro e para tal convida todos os interessados a dela participarem.

rem. Estes devem entrar em contato com a secretaria do CAAE através do telefone: 248-2311, ramal 263.

Casa de Cultura/ Desde domingo, dia 15, a Casa de Cultura "Paulo Pontes" tem nova sede à avenida Otávio B. Mesquita, nº 27, ao lado da Igreja da V. Fátima, Guarulhos, São Paulo.

DCE-UNICAMP/ Durante a semana passada realizaram-se as primeiras eleições para a primeira diretoria do DCE - livre da UNICAMP. Concorreram duas chapas: Tecendo a Manhã e Proposta. A primeira conseguiu 1433 votos, a segunda 762, os votos nulos 191 e brancos 116, num total de 1.502 votantes entre 6.200 alunos.

Mutirão/ Os advogados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Parati já estão tratando das providências legais cabíveis contra a destruição da casa e da lavoura de um posseiro que mora há 38 anos na sua roça. A vítima, sua mulher e cinco filhos estão sendo amparados pela coleta promovida entre outros associados, em reunião em que se decidiu, também, partir para um mutirão. A casa está sendo reconstruída e a lavoura replantada. Na assembléia realizada no Sindicato, além da denúncia contra os pretensos proprietários que vêm fazendo estas estrepitias, vários lavradores se manifestaram, dizendo que a ofensa ao direito de um deles atinge a todos, e que, a partir de agora, a coletividade usará de todos os meios para resistir aos fazendeiros e "tubarões".

Partidos Políticos

Dando prosseguimento ao I Ciclo de Debates - Partidos Políticos e Democratização - promovido conjuntamente pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI-São Paulo), Jornal EM TEMPO e Grupo Educacional EQUIPE, convidamos Almino Afonso ex-deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ex-ministro do Trabalho e ex-professor da Faculdade Latino-Americana de Ciência Política, Santiago, Chile, e que atualmente tem participado ativamente dos debates sobre reorganização partidária.

O conferencista discorrerá sobre a **Experiência do Trabalho no Brasil**, segunda-feira próxima, dia 16, às 20:00 horas, na sede do Colégio Equipe, rua Martiniano de Carvalho, 156, também local das inscrições.

Ao colocarmos juntos Almino Afonso e o Trabalho, objetivamos resgatar a união entre a anterior experiência prática de um ativo militante político com suas reflexões atuais, que, por força do autoritarismo reinante, encontravam-se divorciadas. Por outro lado, não temos dúvidas acerca da importância desta contribuição para o momento político que vivemos no Brasil.

A Coordenação



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão

Cidade Endereço Bairro

Fone Cidade Estado CEP

End. Comercial Horário Fone

Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Administrativo), Secretário de Redação: Luiz Nádai.

Redação e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editorial: Jorge Baptista.

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Assessor Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Ali, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Roberto Motos e Lílian Almeida (sub-editores), Aluísio José Monte-

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cacy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - sala 408): Adauto Novas, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas, **Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adnelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano Jucá, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: Aracaju (AL): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Ademilo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nas oficinas da PAT. Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

FIGUEIREDO AGRAVA A CRISE

Longe de fazer com que os grandes problemas com os quais se defronta o atual governo se evaporem e desapareçam do horizonte, a indicação e escolha de Figueiredo só serviu para aumentar a tensão política em vários sentidos.

Mediocre, dedo-duro e corrupto. Esta a imagem do grupo palaciano e de seu continuador, ao final da campanha de Figueiredo.

A mediocridade, a incompetência e o cinismo vinham já desde que o general Figueiredo se aventurou a abrir a boca em público, desandando a dar entrevistas pelo país afora.

A deduração, se já era uma suspeita legítima e permanente sobre o sistema policial militar, e em especial sobre o chefe do SNI, expressou-se agora em fatos novos. De dentro do sistema, o general Hugo Abreu chama-o de nazista, e um ex-auxiliar seu na Presidência da República, o major Barreto, diz que o próprio Figueiredo é quem fazia várias gravações às escondidas e as levava a Geisel. Ao mesmo tempo, vários casos de espionagem, delação e intrigas vêm à tona num ímpeto inédito, levando o senador Paulo Brossard, num de seus arroubos de perplexidade, a exclamar: "O governo se tornou uma Gestapo".

E a corrupção, desde muito pública em suas várias formas, invade agora o núcleo mesmo do governo. Golbery, Aquino, Simonsen, Calmon de Sá, Ueki, Delfim & Cia. Já não escapa ninguém, seja como autor direto, seja como cúmplice.

E todos eles, julgando-se acima de qualquer suspeita, ignoram as acusações pedindo o ônus da prova aos acusadores. Ora, um regime como este, repousando no arbítrio pleno, impede, e - portanto - dispensa, qualquer ônus de prova. Do contrário, por que prender acusadores ao invés de deixá-los falar às claras?

As próprias prisões, censuras e delações dão veracidade às acusações. É a nova razão das coisas que numa torrente vai tomando conta do momento político, invertendo a credibilidade e a jurisprudência da razão dominante.

Que o grupo palaciano não entenda a nova ordem, nada há de estranho. Pois é o próprio assessor de imprensa da Presidência da República quem tem o desplante de, num clima como o atual, vir a público dizer que o regime não revela o nome de vários corruptos por "respeito aos direitos humanos" (!)

Enquanto isso, agrava-se ainda mais a crise política. (Ver editorial abaixo).

EDITORIAL

A ferro e fogo. Até quando?

"O general vai ocupar o trono presidencial cercado de conspirações por todos os lados, sem saber como será o seu dia de amanhã... Há quem aposte que ele não chega até julho".

Fez-se a vontade de Geisel, que afinal impôs - a ferro e fogo - o seu predileto ao conjunto da Nação. Figueiredo é o novo Rei, glorificado por um Colégio Eleitoral que mais lembra um teatro de mambembe. Agora o Aracôara está em festa e não é para menos. Afinal, para alegria e graça de tantos quantos se beneficiaram e se beneficiam do regime militar, o poder está assegurado com a unção de Figueiredo para Presidente. Até quando? Ninguém sabe.

Desnecessário gastar tinta e espaço para evidenciar o ridículo do convésco eleitoral realizado em Brasília. Ou para que falar das dezenas e dezenas de Francelinos e Zezinhos que foram à capital federal apenas para sacramentar uma escolha sobre a qual não tiveram a menor interferência. E também repetir o óbvio de que este Colégio Eleitoral nada representa e que a sua formação foi orientada por artimanhas capazes de afastar qualquer risco de os atores não cumprirem o seu papel previamente determinado.

Esta não foi uma sucessão presidencial qualquer. É certo que, como as anteriores, há a farsa, há o engodo e mais uma vez conspirou-se contra o povo, impedindo que este escolhesse seus dirigentes. Mas, até aí nada de novo. O regime existe para isto mesmo. Desta vez, porém, o herdeiro não lougrou o consenso nem mesmo entre o bloco dominante que sempre esteve em volta do regime militar. É isto que faz com que a escolha de Figueiredo seja uma violência não apenas contra as camadas populares-fatoabsolutamente corriqueiro nestes 14 anos - mas também contra os que, no reduzido círculo de decisão dos destinos do país, se opuseram aos intentos do governo, e por isto foram afastados. E longe de fazer com que os grandes problemas com os quais se defronta o atual governo se evaporem e desapareçam do horizonte, a indicação e escolha de Figueiredo só serviu para aumentar a tensão política em vários sentidos.

O espólio por ele recebido como herança não é de fazer inveja a ninguém: uma crise econômica manifestada com uma dívida externa superior a 40 bilhões de dólares e numa inflação de 40% ao ano, denúncias de corrupção (de um regime que, entre outras coisas, disse ter vindo para acabar a corrupção) feitas em proporções capazes de deixar corado até mesmo um Ademar de Barros. E mais: a insubordinação militar cedo pode passar da tática de kamikazes para a de conspiratas de maior porte. Sem falar na escala crescente da insatisfação popular, difícil de ser contida nos marcos das novas medidas de salvaguardas - estas fadadas a também se tornarem letra - morta em decorrência dos movimentos populares porque já nasceram anacrônicas. Enfim, Figueiredo recebe como herança a administração de um sistema em plena crise, cuja podridão já se tornou fato público e notório.

Se a imposição do seu nome não deixa de ser um certificado do sucesso parcial da estratégia traçada pela dobradinha Geisel-Golbery, nas condições em que ela se dá assemelha-se mais a uma vitória de Pirro. Ou seja, ela é também um sintoma da fraqueza, cuja dimensão já obriga o antes inatingível Golbery a sair de sua torre de marfim e dar satisfações públicas, ainda que esfarrapadas, sobre seu envolvimento em casos de corrupção. Em tais circunstâncias, o brinde da vitória tem um certo sabor de fel e Figueiredo vai ocupar o trono presidencial cercado de conspirações por todos os lados, sem saber como será o seu dia de amanhã. Nada garante que ele passe o bastão ao próximo. Ao contrário, há quem aposte que ele não chega até julho.

Os acontecimentos do dia 15 representam também uma derrota para os que acreditavam ser possível fazer do Colégio Eleitoral o coveiro do autoritarismo. A tática de fazer o feitiço virar contra o feitiço não surtiu o efeito desejado. Sem negar os méritos



Euler: o falso atalho.

da campanha dissidente do general Euler, no sentido de desestabilizar mais ainda o regime e de desgastá-lo com episódios tipo a prisão do general Hugo de Abreu, não há como esconder o fracasso de uma estratégia que ignorou a mobilização popular e buscou um falso atalho. No final, o candidato dissidente nem mesmo partiu para a denúncia radical da farsa de 15 de outubro, negando-se a renunciar nas vésperas de realização do simulacro da eleição presidencial.

Podem-se argumentar que os resultados seriam outros se a direção emedebista partissem para a mobilização popular, se o general Euler Bentes fosse mais ousado e se diversos setores sociais tivessem aderido entusiasticamente à candidatura dissidente. Acontece que em política não existe o Se. O general não encontrou amplo apoio

popular por causa das limitações do seu projeto, a direção emedebista não tem nenhum interesse em mobilizar amplamente as camadas populares e os compromissos, pela direita, de Euler, só podiam lhe impedir de ser mais ousado. Que interesses teriam estes setores numa radicalização que levasse a candidatura a perder o controle da situação e permitir que as camadas populares dessem o seu selo próprio no fim do regime militar?

É possível que agora se procure mais ousadia, sobretudo por parte dos militares dissidentes, dispostos a utilizar a tática da antiga banda de música da UDN, de criar um clima propício para uma quartelada, trilhando assim, para variar, mais um caminho de marginalização das camadas populares na resolução dos problemas nacionais.



Figueiredo: a herança

Convém ficar atento, porque chega de aventuras.

Para os que se precipitam na comemoração da vitória de Figueiredo, resta um lembrete: moderem-se e esperem mais um mês. O que conta não é 15 de outubro, mas sim 15 de novembro, quando um outro Colégio Eleitoral irá dizer o que pensa do atual regime, de sua corrupção, da sua reforma política, de sua política econômica, dos seus crimes cometidos. Ainda que o MDB tenha feito pouco para merecer, é mais do que certo de que sua legenda receberá uma grande votação nas eleições diretas, por ser o partido de oposição o único canal institucional e parlamentar que as camadas populares contam para expressar o desejo de se verem livres destes já 14 anos.

Disto o regime tem tanta consciência que cerceou mais ainda as eleições diretas, procurando criar obstáculos, para que a oposição, sobretudo seus setores mais comprometidos não sensibilize a opinião pública com a sua mensagem. Não se tem ilusão de que 15 de novembro será o ponto final na triste história de 14 anos de autoritarismo. Mas não resta dúvida de que uma derrota do governo e o fortalecimento dos candidatos populares nas próximas eleições representará um fator de extrema importância na instabilidade do regime, sobretudo para o futuro governo Figueiredo, que tendo de enfrentar conspiratas e manifestações populares não terá a mesma força de Geisel para prender e demitir generais, ou para impor medidas anti-populares como o Pacote de Abril.

QUEREM PASSAR GATO POR LEBRE

Foram necessários pelo menos Cr\$ 18 milhões para tirar da obscuridade o mais graduado agente dos órgãos de segurança do país e transformá-lo em político aceitável, o homem que deverá ser o presidente do Brasil nos próximos seis anos. Tarefa difícil essa que obrigou a MPM Propaganda a destacar os mais eficientes de seus profissionais para popularizar a imagem do general João Batista de Figueiredo.

São 25 tomens trabalhando só para ele, além da rede de apoio prestado pelos funcionários da agência sediados em todas as capitais onde ela mantém escritório. O levantamento da vida do general é minucioso: a infância, a aflorescência, a maturidade, o período em que permaneceu no Exército e moldou sua personalidade até o momento em que Geisel anunciou o seu sucessor, seus discursos, improvisos, entrevistas, contatos, suas impressões sobre a reali-

dade brasileira - tudo está registrado num dossiê de centenas de páginas. Marcada uma visita do general a uma capital, o assessor da MPM sempre chega com alguns dias de antecedência, de forma a que quando Figueiredo desembarcar, todos os contatos necessários já tenham sido feitos: visitas aos jornais, às rádios, à televisão, a políticos da Arena sem esquecer os do MDB, a empresários, sindicatos, estudantes etc.

Cadência, profissionalismo, rigor e criatividade é o que se exige desse exercício particular de Figueiredo: o produto é difícil de vender, o mercado está saturado de similares há 14 anos.

"Política? Nada de política. Lá vêm vocês com mania de polícia, isso é cavalo só. E o que tem cavalo a ver

com a política. O cavalo é, por sinal, um animal apolítico".

A embalagem não podendo esconder a mercadoria, trata-se então de adaptar a forma ao conteúdo, transformando o problema em solução, os defeitos em qualidades.

"Eu nunca esconderei ao povo de minha terra o que tenho na cabeça. Se isso é grossura, eu me envaideço de ser grosso".

Assim, o caráter inicialmente rude adquire a forma de teoperamento sincero, franco, macho, corajoso. Figueiredo não é homem de meias palavras "Voces me conhecem, sabem como eu sou e não vou mudar. Acho que tem gente melhor. Se não, se querem a mim mesmo, vão ter que engolir com casca e tudo, com meus coices nos calhordas de sempre, inclusive".

A campanha publicitária em torno do general Figueiredo, o primeiro grande caso de marketing político-eleitoral pós-64, não se constitui propriamente num problema político para as agências: dela, por exemplo, não depende a conquista da presidência, posto garantido por decisão do Alto Comando, o único colégio eleitoral de fato no país.

O problema é mais de ordem técnica. Segundo Celso Japiassu, diretor da Denison Propaganda, não pode haver qualquer analogia entre a venda de um candidato e a venda de um sabonete. Uma das funções do marketing é transmitir ao consumidor uma emoção criada sobre uma coisa quase sempre inanimada. Portanto, chamar um candidato de produto é a mesma coisa que chamá-lo de coisa inanimada, sem caráter.

Arsenal Técnico

Já para Luiz Macedo, diretor da MPM, trata-se simplesmente de transportar do comércio para a política todo o arsenal técnico de que dispõe: as pesquisas e sua interpretação, e definição dos objetivos estratégicos e do público alvo, a identificação dos atributos do candidato, a avaliação dos fatores objetivos e subjetivos da campanha, e a "criação" a partir desse conhecimento global.

Márcio Ehrlich, colunista publicitário

rio das "Tribuna da Imprensa", é mais explícito:

- A popularização da imagem de Figueiredo assemelha-se a campanhas publicitárias de qualquer outra mercadoria, que, centrando a propaganda na valorização do produto principal, amplia a imagem da empresa (Arena) para o conjunto de seus produtos (os candidatos, o voto legenda).

E mais: - A aceitação popular da candidatura Figueiredo passa a ser uma forma de legitimar o próprio processo de escolha indireta. É a necessidade de fortalecer a imagem do regime.

"Vou ajudar a Arena a ganhar as eleições, procurando mostrar ao povo que o estômago é meu conselheiro; se o eleitor vota em função dos reclamos do estômago é porque não tem razões para ser eleitor".

As três fases

A estratégia da campanha publicitária de Figueiredo está dividida em três fases: a primeira volta-se inteiramente para a "materialização da imagem do general como um homem autêntico, leal e de ação"; a segunda fase é a transferência de seus atributos pessoais à desgastada imagem da Arena; a terceira será um convite à participação de todos nas tarefas do governo.

Tudo indica que a primeira fase está concluída. Ela se materializa no livro verde dos "Pensamentos do general Figueiredo", onde, no capítulo II, assessorado pelo próprio coração, ele faz um auto retrato, na forma de poesia:

"Os efeitos e ações, varonil, são as fitas que eu apresento, e qual um bigode senil refreio ao léu meu talento.

E por donde possa andar faço, tornando-as sonoras, o som das verdades vibrar igual que tins-tins de esporas"

(Clotilde Hasselmann)

PENSAMENTOS DE FIGUEIREDO:

"Sou o dono da bola"

Eis aqui mais alguns extratos do "Livro dos pensamentos do general Figueiredo" editado recentemente por Carlos Wagner Moraes, através da Alfa Omega.

"O diálogo é o meu ponto mais forte".

"Eu tenho recebido vários emedebistas aqui e eles aceitam dialogar, desde que se comece pelo fim do AI-5, do 477, das leis de exceção. Bom, assim não dá".

"O MDB é que está radicalizando, e aceita o diálogo desde que ele comece com o casamento de Maria; vejamos, se o MDB vencer (as eleições de 15 de novembro) e somar a isto esta questão de Constituinte, bem, os militares não estão preparados para isto. E aí a coisa explode: ou eu expludo junto ou me componho com eles e vamos para um regime muito pior que este".

"Meu filho, quem passou 43 anos dentro de um quartel não pode deixar de ser militar. Eu continuo cada vez mais militar. Estou fazendo uma força desgastada para ser político. Não sei se vou me sair bem. Mas no fundo o que eu gosto é de clarim e de quartel".

"A oposição precisa comportar-se como Oposição, jamais como contestação, pois aqui entra o fator revolucionário. Sempre que a contestação toma o lugar da oposição, as Forças Armadas discordam e reagem, com justa razão e não poderemos nos ariscar a ver tudo voltar atrás, pois teremos perdido politicamente os últimos 14 anos".

"Se a Arena vencer as eleições, ou não sofrer uma derrota grave, teremos muito melhores condições de dialogar. O perigo é que o MDB, se ganhar, poderá não ceder em nada, pretenderá impor suas posições, e aí tenho medo da reação das Forças Armadas".

"Não aceito a legalização do Partido Comunista porque só é democrático até chegar ao poder. Depois, se perder a eleição ele não larga mais. Não existe alternância no poder, logo não pode ser democrático".

"O jogo está começando e, depois que eu assumir, se for eleito, serei o dono da bola. Se os políticos jogarem bem, ótimo. Mas se jogarem mal, colocarei a bola embaixo do braço e sairei de campo. Terá acabado a brincadeira".

"Tudo isso tem que ser aos poucos. Vejam se em muitos lugares do Nordeste o brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene. Aqui mesmo em Brasília, eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo já está preparado para eleger o Presidente da República".

"Para mim, era melhor o cheiro de cavalo, o cheirinho de cavalo era melhor (que o cheiro do povo)".

"(O encontro com os estudantes) foi muito bom. Eles me disseram algumas verdades e eu disse algumas verdades para eles. Quisera montar em cima de mim, mas eu corcovei".

"Então é preciso ter muito cuidado com essas objeções à eleição indireta. ... E no Império, o Imperador não nomeava todo mundo, e tudo não funcionou bem por tanto tempo?".

"(A prorrogação do mandato do presidente Geisel e a convocação de eleições diretas para daqui a dois anos) seriam uma boa maneira de eu ficar livre disto".

"O que eu vou fazer no meu governo vocês vão ver ainda. Eu não sei".



João Barreto

A ONDE VAMOS ?

ARENA-MDB:
o adesismo baiano.

A última façanha do MDB de Ney Ferreira. Comenta-se até que Golberi do Couto e Silva estaria por trás de um plano, que começa pela Bahia, e que visa - na marra - obter maioria para a Arena nas eleições de novembro.

Com a impugnação da convenção do MDB baiano que apontou os nomes dos seus candidatos ao Senado, Assembleia Legislativa e Câmara Federal, ninguém pode mais duvidar de que o partido oposicionista na Bahia é capaz de promover as mais curiosas e diabólicas façanhas. Não o partido como um todo, mas a sua ala adesaista que, apesar de tudo, ainda controla a máquina partidária no Estado.

A ala adesaista, liderada pelo deputado federal Ney Ferreira e até pouco tempo um bloco coeso em suas alianças e trapaças, desmoronou, e os antigos aliados racharam. Racharam por interesses eleitorais ainda não muito claros, tendo como pano de fundo a disputa pelos currais eleitorais, e quem saiu perdendo, foi o grupo autêntico. Este, ao que parece, foi pego de surpresa e não conseguiu mobilizar-se. Agora, o risco é que o MDB baiano seja representado no parlamento, em sua maioria, por colaboradores do governo.

Tudo começou quando, por manobra de Ney Ferreira, a Comissão Executiva do MDB vetou os nomes de Clemens Sampaio, José Oduque e Raimundo Urbano como candidatos. Todos os três fazem parte da ala adesaista e o racha se concretizou com um pedido de impugnação da convenção do MDB, ao qual o Tribunal Regional Eleitoral deu guarida. Autores do pedido: Clemens, Oduque e Urbano.

Os quatro principais envolvidos no episódio que culminou na impugnação, pelo TRE, da convenção do MDB que escolheu os nomes dos candidatos ao próximo pleito, eram até pouco tempo amigos e aliados políticos. Todos eles fazem parte do chamado grupo adesaista do partido.

O deputado Ney Ferreira, mantém sob controle toda a máquina partidária, manipula o diretório regional, lidera boa parte dos filiados, tem influência em todas as decisões importantes dentro do partido. Os seus adversários o acusam de não ter escrúpulos, de usar qualquer meio - desde alianças escusas com notórios inimigos, até a ameaça, a coação e a violência pura e simples - para conseguir seus objetivos.

Em meados da década de 50, como oficial da Polícia Militar do Estado serviu na Casa Militar do Governo, e trabalhou no Palácio durante o governo do velho cacique do PSD local, Antônio Balbino. Casou-se com uma filha do governador e entrou na política. A partir daí, Balbino sempre o orientou e o protegeu como um herdeiro político. Foi eleito deputado e com a reformulação partidária imposta pelo golpe de 64, ingressou no MDB, transformando-se no líder máximo do adesismo baiano.

A procura de
candidatos

Uma das coisas que mais chama a atenção na crise do MDB da Bahia é que seus dirigentes são pessoas muito experientes. Dionizinho Azevedo, secretário geral, foi durante muito tempo da executiva da Arena. Roque Aras, seu presidente regional, é advogado e velho político e mesmo assim, a convenção do partido foi feita com erros primários. O erro pelo qual ela foi impugnada, foi a falta de quorum. Juridicamente as falhas existem, e são muitas, sendo que qualquer uma delas poderia ser suficiente para a impugnação proposta pelos preteridos.

Por enquanto (10/10/78) o MDB tem direito a concorrer somente com seus deputados, mesmo assim, à reeleição. Fato muito cômodo para a Arena, porque entre os nove deputados estaduais e cinco federais, o partido da oposição pode contar somente com Elquison Soares, como autêntico. Os demais são adesaistas ou omissos.

Como o Tribunal reconheceu a possibilidade do partido ter seus candidatos natos, o MDB está agora requerendo o direito de completar a lista de candidatos, quando então repetiria, segundo sua direção, os mesmos nomes aprovados na convenção. Clemens Sampaio, meses antes afirmou para a imprensa que o resul-

tado do processo seria este: o MDB teria somente seus candidatos natos. "Isto é um plano do Ministro Armando Falcão para impedir que Chico Pinto possa se candidatar", afirmou.

Outras fontes comentam que a Bahia estaria servindo de cobaia para um plano de Golberi do Couto e Silva. É necessário uma maioria do partido governista na próxima eleição, para dar "moral", à proposta de abertura e reformulação partidária. A Bahia estaria reservado um papel importante nisto.

O Julgamento

Se todo julgamento é de fundo político, isto fica muito mais claro quando o julgamento é efetuado pelos tribunais eleitorais. É o que ocorre com o atual processo movido por três candidatos preteridos pelo MDB nas próximas eleições na Bahia, Clemens Sampaio, Raimundo Urbano e José Oduque, contra a convenção do partido que escolheu seus candidatos ao Senado, Assembleia Legislativa e Câmara Federal.

O grande problema que desafia os analistas do partido da oposição da Bahia (que, como o do Rio de Janeiro, é corrupto, adesaista e tribal) é que reais interesses moveram o dono do MDB, Ney Ferreira, a proibir a inscrição dos três preteridos como candidatos.

Os motivos apresentados foram: Clemens Sampaio, por corrupção; Raimundo Urbano, por adesismo e José Oduque, por problemas ligados a grilagem no sul do Estado. Para quem conhece a cupula do MDB, isto é mais que uma piada, foi terrivelmente ridículo, porque, entre outras coisas, Ney Ferreira e Dionizinho Azevedo são considerados por todos na Bahia como radicalmente adesaistas e corruptos.

Ainda que os motivos apresentados para impedir os três candidatos sejam verdadeiros, não são eles a causa da crise. O mais aceito por diversos membros do MDB é que tudo foi um golpe de Ney, visando ser o candidato mais votado da oposição, vantagem que ele saberia usar muito bem em futuros acertos e conchavos, quando da criação de novos partidos.

Assim, José Oduque foi cortado, porque no sul da Bahia, região cacauera, ele tiraria muitos votos de Ney, cacique na região. Quanto a Raimundo Urbano, porque este teria muitos votos junto à população menos esclarecida de Salvador, que mesmo assim vota no MDB, principalmente entre os adeptos das religiões africanas Urbano é um populista sem nenhum escrúpulo, adesaista empenhado e que concorreria com Ney junto a este eleitorado. Já Clemens, tudo estaria mais em relação a uma inimizade pessoal entre os dois antigos parceiros de acordos espúrios.

Não são poucos os que acreditam que por trás de tudo está Antônio Carlos Magalhães, mas não fica muito claro quais as vantagens diretas que o futuro governador teria na coisa, além de bagunçar mais ainda o já bagunçado partido da oposição, aumentando com isto a votação da Arena. Magalhães quer provar que o partido governista não precisa do concurso do atual governador Roberto Santos. Esta hipótese não pode de maneira nenhuma ser descartada. Clemens, de público, acusa Ney de estar fazendo o jogo do futuro governador. Ney afirma que Clemens sempre esteve sob o comando de Magalhães. Enfim a crise do MDB só traria proveitos para Antônio Carlos Magalhães na liderança da Arena.

Todos os indícios existentes na crise por que passa o MDB levam a aceitar que por trás de tudo está mesmo um plano de desmoralização do MDB e que pode refletir-se no próximo pleito, com o aumento da votação da Arena e principalmente dos votos nulos, pela confusão causada junto aos eleitores menos esclarecidos do Estado.

(Dalton Godinho)

CORRUPÇÃO:
a briga de foice.

Vale tudo: tráfico de influências, propinas, infâmias, censura de telefones, etc. Controlar os dispositivos do aparato estatal, sobretudo suas instituições financeiras, transformou-se em fator decisivo para os distintos grupos capitalistas nacionais e internacionais.



Numa avalanche que parece sem fim, e, sintomaticamente, através de dissidências desgarradas do próprio regime autoritário em crise, o povo começa a tomar conhecimento de gigantescos casos de corrupção envolvendo figuras do alto escalão do governo. O valor total em dinheiro esbanjado ou desaparecido calcula-se em vários bilhões de cruzeiros.

A lista do relato ainda que sintético desses escândalos poderia preencher o espaço de várias páginas de jornal. Fiquemos, portanto, restritos aos maiores, como o de empresas privadas em estado de insolvência, (Lutfalla e Grupo Econômico, etc.) que conseguiram não pagar vultosos empréstimos concedidos por instituições financeiras do Estado. Ou ainda, de multinacionais que conseguem subsídios governamentais para projetos econômicos contrários aos interesses nacionais, apenas porque contam com apoio de pessoas ligadas ao alto escalão do governo. É o caso do truste americano Jari, cujas ligações com Heitor de Aquino, secretário particular do presidente Geisel, são conhecidas publicamente, que importou uma usina completa de celulose do Japão, para cujo empreendimento conseguiu não apenas um subsídio de 200 milhões de cruzeiros, como uma autorização para desrespeitar a "lei do simular".

Há ainda o caso da Dow Chemical, denunciado pelo general Hugo de Abreu dias antes de sua prisão. Contando com o apoio de seu antigo presidente, Golbery de Couto e Silva, atual chefe da Casa Civil de Geisel, esta empresa teria sido favorecida em muitos de seus empreendimentos aqui no Brasil, incluindo o direito de manter portos privados em Aratu, na Bahia, e em Santos. Segundo denúncias do jornalista Sebastião Nery, na Tribuna de Imprensa, Golbery continua recebendo salários da Dow Chemical, fato que explicaria o privilégio da empresa ter recebido, em 1976, autorização para importar 5 milhões de dólares em estireno. A autorização teria sido concedida em tempo recorde de 48 horas, mesmo se sabendo que a produção brasileira desse produto é satisfatória.

Mais recentemente, a revista alemã Der Spiegel denunciou o Ministro da Indústria e Comércio, Calmon de Sá, de ter se beneficiado do Acordo Atômico Brasil - Alemanha, através da Construtora Norberto Odebrecht, da qual Calmon já foi diretor. A empresa teria sido escolhida, sem concorrência pública, para construir as usinas atômicas Angra II e III, num negócio altamente lucrativo. Um após outro, os escândalos estão se tornando públicos. Agora, na última semana, surgiram denúncias baseadas num relatório secreto denominado "Relatório Saraiva". De autoria do coronel Raimundo Saraiva, adido militar na França quando o embaixador era Delfim Neto, o relatório revela que banqueiros europeus declararam ao coronel que estariam sendo objetos de verdadeiras chantagens por parte de auxiliares do embaixador, que exigiam certo valor em dinheiro para incluí-los entre os bancos que participariam de concorrência para funcionamento da construção de hidrelétricas no Brasil.

Nem bem se acaba de ouvir notícias sobre esse escândalo, outro estoura no mesmo dia: um major do Exército, Adalto Barreiros, auxiliar do coronel Toledo Camargo quando este dirigia o órgão de propaganda do governo (ARP), denunciou que a divulgação da campanha da "pechincha" teria custado 70 milhões de cruzeiros se tivesse sido realizada como pretendia o Ministro Henrique Simonsen. Segundo Barreiros, a campanha publicitária cujo objetivo era o de ensinar a população a "pechinchar" na hora de pagar suas compras

para ajudar o governo na luta contra a inflação, teria sido decidida por Simonsen para favorecer a agência de publicidade Artplan, de propriedade de apañiguados do Ministro da Fazenda. Com a intervenção da ARP a agência abaixou subitamente o preço da campanha para 14 milhões de cruzeiros. Teria sido esse abrupto rebaixamento de preço, da ordem de 56 milhões de cruzeiros, uma contribuição da empresa publicitária "à luta do governo contra a inflação".

Orgia de corrupção

A grande imprensa argumenta, com alguma razão, que essa grande orgia de corrupção é fruto de todos os regimes autoritários que, censurando a imprensa, impedem que esta exerça seu papel de vigilância contra os corruptos encastelados em órgãos públicos. Já para o assessor de imprensa do Palácio do Planalto, coronel Ludwig, o fenômeno pode ser definido de maneira um tanto quanto cínica. Para ele, a corrupção "é inerente ao homem", o que é o mesmo que dizer que todos nós - o povo de uma maneira geral - tendemos intrinsicamente a roubar o dinheiro alheio, sempre que possível.

Evitando polemizar com argumentos cínicos como os apresentados pelo cel. Ludwig, creio que a questão é outra: o Estado no Brasil, ao controlar um volume de capital financeiro superior em mais da metade ao capital privado em circulação, transformou-se em locus fundamental das disputas interburguesas. O aparato estatal converteu-se em pressuposto indispensável do processo de reprodução do capitalismo brasileiro.

Nessas condições, controlar dispositivos do aparato estatal, sobretudo suas instituições financeiras, transformou-se em fator decisivo para os distintos grupos de capitalistas nacionais e internacionais. Assim, a disputa no interior do Estado converteu-se numa verdadeira luta de foices no escuro. Vale tudo: tráfico de influências, propinas graúdas, infâmias que um grupo assaca contra o outro, censura de telefones, etc. O aparelho administrativo do Estado virou um verdadeiro condomínio de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, uns querendo desalojar os outros.

É bom lembrar, no entanto, que o capitalismo tem sua própria racionalidade, que requer certas normas de convivência interburguesas e destas em relação à burocracia estatal. Quando a corrupção chega aos níveis hoje constatados, o que está em jogo é a própria capacidade do sistema em se reproduzir.

Ironia do destino

Não é demais recordar que os arautos do golpe de 1964 apresentaram-no como necessidade inelutável para o eficaz combate ao comunismo e à corrupção. Agora, parece, a corrupção penetrou as entranhas do regime gerado pelo golpe de 1964, tocando as cordas sensíveis da moralidade das classes médias.

As denúncias de corrupção ocupam as manchetes de todos os jornais. Entretanto, é bom lembrar que das mazelas que o regime autoritário produziu nos 14 anos de sua vigência, a corrupção seguramente não é a maior delas: a mais terrível foi ter mantido as grandes massas trabalhadoras próximas da miséria absoluta, quase ao limite da liquidação física da força de trabalho. Por isso, hoje, quando se vislumbra a possibilidade de se ver reinstaurada a democracia no país, as classes trabalhadoras devem já ir pensando em mecanismos próprios de controle popular sobre os fundos públicos, como única forma eficaz de se evitar a chaga da corrupção.

(Fábio Munhoz)

CONJUNTURA:
cuidado! perigo!

"As bases de sustentação do regime, embora sofrendo relativo desgaste, ainda são suficientemente fortes para não dar margem às posições eufóricas."

A conjuntura política é favorável ao desenvolvimento das forças sociais de oposição ao regime militar e que manifestam, nos últimos tempos, uma crescente disposição de luta em defesa de suas reivindicações, marcadamente, econômicas. No entanto, as bases de sustentação do regime, embora sofrendo um relativo desgaste, ainda são suficientemente fortes para não dar margem às posições eufóricas.

Um claro sintoma dessa situação pode ser observado nos rumos tomados pelo processo sucessório presidencial. A possibilidade de uma saída para a crise política, contrária à idealizada pelo esquema palaciano (Planalto), pela via da composição entre o MDB e o general Euler Bentes, foi descartada, tendo se consumido ao longo de todo tempo.

Ao que tudo indica, o fôlego da ditadura ainda é razoável. Nem o movimento popular, em fase inicial de reorganização, nem as próprias frações burguesas descontentes representam uma alternativa consistente ao sistema de exceção. Da mesma forma, os grupos militares que se inclinam para a oposição ao atual governo de turno tem uma influência reduzida. A atual forma de dominação, instalada a partir de abril de 64, embora no contexto da crise, vai se mantendo, viável e duradoura, para os que se apropriam das riquezas (e seus representantes no poder).

A crise

Do lado do movimento popular, o ressurgimento das lutas nas camadas médias, engrossando o processo social aberto pelos estudantes, embora constitua um dado positivo da atual conjuntura, traz no seu bojo duas tendências perigosas: a euforia da chamada pequena-burguesia democrática, radicalizando propostas e precipitando situações que acarretam confrontos desfavoráveis para o conjunto do movimento popular, e, o fortalecimento das correntes reformistas e populistas, que reforçam as saídas do tipo liberal e procuram conter os movimentos sociais, evitando até mesmo as lutas reivindicatórias.

No plano econômico a crise se aprofundou tornando mais insuportáveis os problemas sociais. A reivindicação por melhores condições de vida e aumentos salariais marca a insatisfação geral em diferentes setores da população.

No plano político o quadro atual do regime é cada vez mais confuso, consumando-se as divisões no seio das Forças Armadas, que vêm a conhecimento público ao tempo em que se estratificam. As circunstâncias indicam que os militares deverão procurar canais políticos para extravasar seu descontentamento (durante a campanha sucessória, problemas internos à corporação militar - promoções, transferências arbitrárias, etc - tiveram um caráter político de apoio a um ou outro candidato).

No interior do bloco dominante, composto por diferentes setores do grande capital, dá-se um esforço de acomodação. São palpáveis os conflitos de interesses entre o grande empresário financeiro (influência predominante) e o industrial. A posição dos grandes grupos do comércio e da agricultura, que não chegam a disputar um papel hegemônico, fica num plano secundário nesse jogo de contradições. O reordenamento do pacto hegemônico está na ordem do dia. A definição do caráter de um novo ciclo de expansão econômica.

O fato concreto a ressaltar é que não há solução para a crise que ateceda esse reordenamento. Por isso mesmo, será na esfera política que se darão, a médio prazo, os confrontos mais importantes, dos quais resultará o isolamento cada vez maior do governo de sua base social.

A solução civil foi posta de lado, pois as frações do grande empresariado não estão ainda preparadas para levantar alternativas consistentes ao atual regime, mesmo que limitadas às estreitas fronteiras de uma tímida democracia burguesa.

Ao nível sindical, os segmentos patronais permanecem com suas entidades atreladas ao Estado e, politicamente, subordinadas ao governo. As tentativas de reorganização são ainda incipientes, alcançando, fundamentalmente, a grande burguesia "nacional" do setor de bens de capital. Nos demais setores, a situação inalterada implica num poder de pressão muito limitado.

Conscientes dessa incapacidade e dependentes das encomendas estatais, pa. celas consideráveis da grande burguesia tremem diante da possibi-

lidade de serem retomadas as lutas sociais (que podem levar sabe-se lá onde?!), inclinando-se para uma neutralidade simpática ao continuismo, com ou sem Geisel.

No pólo oposto, os trabalhadores ainda carecem de fortes organizações pela base, que sustentem com vigor o surgimento de uma estrutura sindical autônoma. As entidades continuam, na maioria dos casos, docilmente subordinadas ao Estado e sem liberdade de ação. Além de São Paulo, onde as greves pipocaram, não houve sinais de mudanças. Não se pode confundir os avanços de São Paulo com a situação real do conjunto da classe operária.

Pano de fundo

Os segmentos de classe média assalariados iniciaram movimentos reivindicatórios. Este sim, com uma amplitude bem maior, atingindo vários Estados. Embora considerando a importância dessas lutas, sobretudo devido à sua rápida difusão pelos maiores centros urbanos, é principalmente no terreno da organização e da direção das lutas econômicas e políticas que os movimentos das camadas médias demonstram debilidades mais acentuadas. Além do que não chegaram a mobilizar setores fundamentais, que representam contingentes expressivos de assalariados, e cuja proximidade de interesses com a classe operária é mais nítida: comerciantes, empregados em setores de serviços etc.

No setor bancário, as pressões desencadeadas conquistaram vitórias parciais importantes, à custa, porém, de alguns sérios golpes sofridos pelas oposições sindicais, que constituem o que há de mais atuante. Talvez, entre os bancários, tenha ocorrido o mais expressivo exemplo de uma condução "euforista", responsável pela precipitação de um confronto desfavorável.

É também nas camadas médias e nos diversos setores que engrossam as fileiras da pequena burguesia democrática que se difundem hoje, com maior rapidez, as bandeiras políticas centrais do momento. Mantendo-se fiel às tradições nem sempre saudáveis do movimento popular brasileiro, a classe média aparece, uma vez mais, como a grande caixa de ressonância do debate político das esquerdas contra as correntes populistas e liberais.

A classe operária, contudo, está à margem desse debate, centrando suas principais energias na reorganização de suas forças, através de suas lutas mais elementares por salário, liberdade e autonomia sindical e direito de greve. Embora possuam uma conotação política óbvia, essas reivindicações exercem uma influência limitada na população correspondente ainda a uma consciência "corporativa" do conflito de classes.

Assim, a idéia - mais difundida na pequena burguesia democrática - de um pujante movimento popular com razoável grau de unificação de suas lutas e suficiente capacidade de erguer e mobilizar-se em torno de palavras de ordem políticas mais gerais, sustentando as propostas mais consequentes do momento, não passam de eufúria subjetiva.

O processo eleitoral será, ao que tudo indica, o palco principal da luta política nas próximas semanas e, caso não seja corretamente avaliado pelos setores mais consequentes da oposição, poderá favorecer o fortalecimento da euforia pequeno burguesa, promovendo propostas defasadas das condições concretas de luta das massas.

Por outro lado, a mobilização dos trabalhadores em torno de questões políticas, poderá, também, crescer pela via do processo eleitoral. A participação direta dos trabalhadores nas lutas políticas, embora com as limitações de eleições controladas, propiciará um cenário favorável à sua conscientização e ao estabelecimento de referências mais consistentes para os debates com as correntes eufóricas e as vacilantes.

Há claros indícios de uma nova onda grevista nos próximos dois meses, coincidindo com a época de dissídios em várias categorias do sindicalismo paulista. Este seria o melhor pano de fundo sobre o qual poderíamos desenvolver-se as campanhas eleitorais dos candidatos populares.

O resultado dessas lutas, na dependência da capacidade de organização dos trabalhadores, é que poderá arstar novos setores das classes médias a pressionar por suas reivindicações específicas, abrindo, desta forma, um espaço maior para o aprofundamento do movimento popular.

(Sucursal do Rio de Janeiro)

Salários: em campanha.

METALÚRGICOS - SP

A assembleia não deixou por menos: 70% ou greve!

A oposição Sindical conseguiu contrariar os quatro mil trabalhadores e aprovar sua proposta de reivindicação. Agora, dentro de alguns dias, a próxima assembleia.

Os metalúrgicos de São Paulo fazem nova assembleia na campanha salarial de 78. sexta-feira, desta vez para avaliar os primeiros resultados do contato entre o sindicato e os empresários, anunciado para os próximos dias.

Embora não seja ainda a assembleia decisiva, servirá como termômetro razoável dos limites que a campanha pode atingir: a conquista de cara de um aumento salarial insignificante provocando a desmobilização da categoria, o desenvolvimento de uma operação tartaruga, ou até mesmo a tão falada greve geral.

Com a inclusão da exigência de readmissão dos operários dispensados por terem participado do movimento grevista e da campanha eleitoral do sindicato há três meses, e o destaque para a necessidade de conquistar a estabilidade de emprego para as comissões de fábrica, os 93 membros da Comissão de Salário concluíram na última terça-feira a redação do elenco de mais de 20 reivindicações a serem apresentadas aos empresários.

Silêncio nas máquinas

Deste total, a mais importante é sem dúvida a exigência de 70% de aumento salarial a partir de 1º de novembro, proposta formulada pela Oposição Sindical e vencedora na assembleia do dia 6 de outubro. Foi uma das mais expressivas vitórias da Oposi-

ção. Compareceram à assembleia mais de quatro mil trabalhadores, lotando o assento, o corredor e as laterais do auditório, além dos andares de acesso e a entrada do prédio. Conforme o previsto, Joaquim dirigiu a assembleia radicalizando no palavreado e prometendo uma campanha salarial diferente para conseguir de qualquer maneira um aumento substantivo. "nem que para isso tenhamos novamente que voltar a sentir o silêncio das máquinas". Pressionado por alguns oradores ele chegou a pronunciar, esquentado, a palavra proibida: "se não derem o aumento, nós vamos para a greve. Temos que fazer negociação direta com os empresários naquilo que tem que ser conquistado na marra. Não queremos conversar com advogados, mas com o Bardella e o Bueno Vidigal; queremos ver se são mesmo progressistas".

Joaquim propôs ao plenário a fórmula de "30% de aumento acima dos índices do governo", o que segundo seu raciocínio daria no mesmo que os 70%. Mas, a Oposição Sindical argumentou através de seus oradores que os metalúrgicos não deviam legitimar o processo de fixação mensal de índices salarial pelo governo, e nem confiar na manutenção como sempre de um percentual em torno de 40%, já que houve casos de percentuais de 18% em anos anteriores. Além do mais, disse um dos operários, a fórmula de 70% é mais fácil de ser as-

similada que a outra, e mais contagiante. Colocados em votação as duas alternativas, o número de braços erguidos pendeu visivelmente para a proposta da Oposição Sindical. "70% ou greve", gritava entusiasmado o plenário.

Até agora, a Oposição Sindical obteve outras conquistas organizativas também importantes. A primeira delas é a realização de assembleias setoriais, perto das fábricas, nos bairros de periferia, para ampliar o raio de ação fixada no primeiro encontro que o sindicato promoveu por grupos de fábricas, no fim de setembro. Na última reunião da Comissão de Salário, Joaquim anunciou o local e horário de sete dessas assembleias, para os dias seguintes.

Outro avanço conseguido na mesma ocasião foi a quebra da exigência de carteira de associado do sindicato para participar das grandes assembleias - agora apenas a carteira profissional basta e os não sindicalizados podem então engrossar a campanha. Além disso, na reunião da Comissão de Salário ficou estabelecido que seus membros poderão participar da redação do boletim distribuído aos milhares nas fábricas. Embora possam parecer aspectos secundários, estas conquistas no terreno bem prático são fundamentais para a democratização do movimento sindical, segundo entendem vários membros da Oposição. (F.F.)



Metalúrgico, SP: a votação em que a proposta da Oposição Sindical saiu vencedora.

DIVINÓPOLIS-MG

Um capitão contra os metalúrgicos

Numa cidade do interior de Minas, seiscentos operários em assembleia resolvem enfrentar os patrões e querem aumentos superiores aos índices do governo. A segurança pública é comandada por um militar pago pela maior siderúrgica do local.

Seiscentos metalúrgicos da cidade de Divinópolis, distante 100 quilômetros de Belo Horizonte e com população de 120 mil habitantes, realizaram a mais concorrida assembleia desde 1964. Eles querem 52% de aumento salarial, ou seja, 10% além do índice oficial fixado mensalmente pelo governo federal.

No dia 28 de setembro, o sindicato da categoria distribuiu boletins citando a experiência de São Paulo, Belo Horizonte, Poços de Caldas e até dos "companheiros de Itaúna, nossa porta de cozinha", que conseguiram majorações salariais acima do previsto pelo governo. A maior empresa do local, a Companhia Siderúrgica Pains, chamou para um encontro José Raimundo Santana, presidente da entidade há 12 anos, também para esse encontro foi convocado o capitão Pedro Magalhães de Faria, militar da ativa e comandante da 3ª Companhia da PM, sediada em Divinópolis. Faria é diretor do jornal Agora, chefe de segurança da Pains e o principal responsável pela chamada segurança pública na cidade. Durante a reunião o sindicalista foi pressionado.

Resultado: no dia seguinte, já na assembleia, ele propôs que se lutasse apenas por 1% de aumento salarial, ao contrário do seu próprio boletim, que defendia aumentos de 10 e 20% acima do índice, conforme os níveis de salário.

O capitão na jogada

Os metalúrgicos logo perceberam que o Santana ia partir para a manobra na assembleia. O jeito de evitar foi não deixar que o microfone fosse para a sua mão. Formou-se uma comissão salarial composta por três operários, com a tarefa de encaminhar a discussão com os patrões e organizar nova assembleia em outubro, através de convocação ampla, de fábrica em fábrica, para mobilizar os quatro mil sindicalizados e os dois mil não sindicalizados.

No dia 1º de outubro, após a assembleia, o capitão entrou novamente na jogada. Seu jornal publicou uma matéria sobre o assunto: "a reportagem do Agora já consultou oficialmente, que (as empresas) estão totalmente contra, não indo pagar o pleiteado, mas estão propensas a fazer

um acordo com o líder dos sindicalizados, numa base justa e que dê condições aos operários, mas que não admitam de forma alguma pressões, quer de pessoas internas ou externas, ao mundo metalúrgico. Podemos informar que existe uma tendência ao proletariado em aceitar as bases".

Prosegue o Agora com seu português particular: "para quem não sabe, José Santana já está à frente do sindicato há mais de 10 anos, e na última eleição foi eleito com maioria esmagadora, o que lhe dá direito de falar em nome de todos".

A mobilização de trabalhadores em Divinópolis antes era organizada principalmente pelos ferroviários, mas hoje apenas mil deles trabalham na cidade. Os metalúrgicos são mais de seis mil. A Pains emprega três mil e é uma firma de capital alemão. A Siderúrgica Camargo e São Borja, ambas de médio porte, empregam cada uma 400 operários. As restantes são pequenas usinas.

A Pains paga um salário de Cr\$ 1.800, um pouco acima do mínimo, para os operários. Todas as outras pagam o salário mínimo. Desde 1975 tem ocorrido paralisações na Pains por motivos salariais, como explica um dos trabalhadores de lá: "paramos alguns setores e foram perdidas três corridas de aço, que foram jogadas fora. O engenheiro chegou e perguntou assim: 'Por que essa parada e quem é o cabeça? Um rapaz se adiantou e disse que não existia cabeça; foi o primeiro a ser mandado embora. Todos os mais velhos de casa também foram mandados embora'".

O sindicato alheio

Diante deste movimento, a Pains concedeu aumento para o pessoal dos setores que paralisaram. Depois começaram as dispensas e com a contratação de novos empregados os salários foram nivelados por baixo. Em 1976 foi a vez dos ferreiros, que fizeram o mesmo. A Pains concedeu 100% de aumento. Pouco mais tarde, ela dispensou um terço de todo o pessoal da produção e os que ficaram, foram obrigados a manter a produção no mesmo nível através de intensificação da jornada de trabalho e do aumento das horas extras. Em todos estes casos o sindicato não fez nada. Ficou inteiramente alheio.

JORNALISTAS - RIO

Negociação direta só nos editoriais

Os patrões negaram as propostas de reposição salarial feitas pelos jornalistas do Rio e decidiram, em bloco, transferir a solução para o Sindicato Patronal. Essa decisão, que implica em evitar a negociação direta entre as empresas e seus empregados, mostra que os donos das empresas jornalísticas do Rio (como é o caso do Jornal do Brasil e Globo) não são nada coerentes ao defenderem em seus editoriais as negociações diretas.

As diversas propostas variaram de empresa por empresa, mas partiram de um referencial geral estabelecido pelo Sindicato de 20% de aumento efetivo, sem desconto posterior no índice do dissídio. Os jornalistas do Rio deverão se reunir numa grande assembleia geral nos próximos dias, para examinar a resposta que os patrões prometem formular até o início desta semana.

Durante quase dois meses, mais de mil jornalistas se reuniram em diversas assembleias gerais, para formular sua proposta de reposição salarial e organizar a campanha pelo aumento. Diariamente, o auditório do Sindicato ficava lotado de profissionais da Bloch Editores, Jornal do Brasil, O Globo, O Dia e A Notícia, TV-Globo, assessores de imprensa e outras redações que discutiram separadamente as propostas de reposição, levadas depois aos patrões, e escolheram as suas comissões sindicais de redação, instrumento de ligação entre a classe, no seu dia-a-dia, e o Sindicato. Agora, passados quase

dois meses dessa ativa mobilização, a campanha salarial dos jornalistas carioca parece se encaminhar para um desfecho.

Acostumados há 11 anos a não encontrar nenhuma combatividade por parte da diretoria pelega, derrotada nas últimas eleições de julho, os patrões adotaram a mesma atitude de antes: discutir a questão entre eles e encaminhar uma solução uniforme. Preocupado com essa reação patronal, que vem provocando comentários revoltosos nas redações, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Carlos Alberto Oliveira, adverte que "a diretoria do Sindicato está empenhada em que sejam resolvidos os problemas relativos a campanha de reposição salarial o mais rápido possível. Se dela apenas dependesse a solução, esta já teria sido tomada. A prolação nas negociações já vem gerando um clima de intranquilidade que queremos evitar, mas cujo ônus caberá aqueles que promoverem a demora na solução".

Chagas é o maior explorador

Pelo próprio ineditismo do fato dos jornalistas poderem, depois de tanto tempo, se reunirem no seu sindicato e discutir os seus problemas, durante essas assembleias da campanha eles começaram a tomar consciência do grau

Nenhuma empresa em Divinópolis paga aos operários a taxa de insalubridade. Na campanha salarial em curso ainda não foi possível incluir o pagamento dessa taxa entre as reivindicações.

A Fornac - Forjas Nacionais - por exemplo, tem 2.000 operários. A maioria do pessoal da produção é constituída de menores, inclusive vários deles não tem mais de 12 anos de idade. Trabalham em média 12 horas por dia e sob regime de revezamento de turno. Quer dizer, trabalham durante a noite também, sob a complacência do Ministério do Trabalho, que tem conhecimento dessa situação e não faz nenhuma fiscalização. Não se respeita o horário para refeição. "Acabou de comer, engolido inteiro, e a gente já é obrigado a pagar na máquina", diz um dos operários.

A despeito de realizarem trabalho igual, os menores ganham salários inferiores ao mínimo. A Fornac é a firma que tem o maior índice de acidentes de trabalho. Há dias em que saem dois acidentados graves da produção. O acidentado é automaticamente dispensado. "Não presta e tem quem por no lugar. É assim que a firma fala", explica outro metalúrgico.

Os operários moram no Bairro Interlagos, habitado só por metalúrgicos, e outros menores, todos localizados na periferia da cidade. Alguns desses bairros tem luz de poste instalada, mas grande parte das casas não tem luz. Os moradores não tem dinheiro para instalar o padrão CEMIG e nem sequer para pagar conta de luz. Água e esgoto também não existem na maioria desses bairros. A gastroenterite tornou-se aí uma espécie de "prato do dia". A poluição também é violenta. Na Pains tem uma corrida de aço de 40 em 40 minutos.

Enquanto tudo isso acontece em Divinópolis, o prefeito Fábio Notini, do MDB, desapropriou um terreno em benefício próprio, recebendo uma indenização de Cr\$ 200 mil, que já deram entrada na caixa da empresa de sua propriedade, a Companhia Fiação e Tecelagem Divinópolis, que disputa com as siderúrgicas locais o campeonato de qual delas explora o trabalho do menor, o operário em geral, e qual delas faz mais acidentes do trabalho.

(João Batista dos Mares Guia)

Operários mais pobres estão participando mais

E mais os números do DIEESE que comprovam a corrosão do salário: para que um metalúrgico de salário mínimo comprasse os mesmos alimentos que comprava em 63, teria em setembro de 1978 que trabalhar muito mais.

Uma pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo revela que os trabalhadores que ganham salários mais baixos são os que mais têm participado da campanha salarial de 78. O levantamento foi realizado durante as reuniões preparatórias por grupo de fábricas e mostra que 60% dos que compareceram ganham até três salários mínimos, ou seja, até Cr\$ 4.680,00. (Ver o quadro I).

O Departamento Inter-Sindical de Estudos e Estatísticas DIEESE preparou para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo gráficos e tabelas que permitem uma visualização fácil da corrosão do salário dos trabalhadores.

O folheto começou a ser distribuído na assembleia do dia 6, sexta-feira. De acordo com o gráfico II, o índice de custo de vida cresce mais que o índice de salário nominal: no período de novembro de 1964 até agora, enquanto o custo de vida subiu 52 vezes, os salários cresceram apenas 29 vezes.

Outra forma de mostrar que os salários não acompanham o custo de vida é verificar quantas horas um metalúrgico deve trabalhar para comprar certa quantidade de produtos de primeira necessidade. No quadro III, são mostradas as horas de trabalho para que um operário de salário mínimo comprasse os mesmos alimentos em setembro de 1975 e setembro de 1978. No caso a saída paliativa acaba sendo a realização de horas extras.

Por outro lado, de novembro/64 para cá enquanto o salário caía, o metalúrgico produzia mais. Se houve um acompanhamento, ele deveria ganhar três vezes mais: E o que mostram claramente as linhas do gráfico IV.

Os lucros exorbitantes das maiores empresas metalúrgicas de São Paulo estão no quadro V. Se todos eles tivessem iniciado suas atividades em 1977, teriam recuperado, somente com o lucro apurado em um ano, 22,4% do capital investido. Ou seja, com lucros idênticos aos que tiveram em 1977 os acionistas dessas empresas em menos de cinco anos retiram sob a forma de lucros, todo o capital investido nas fábricas. Uma conclusão óbvia: enquanto os salários caíram as empresas continuam lucrando.

Quanto ganham os metalúrgicos? Os dados evidenciam que eles são uma categoria de baixos salários em geral. 56% ganham menos de dois salários mínimos. 74% ganham menos de três salários mínimos. O salário médio dos metalúrgicos é de Cr\$ 4.030,00. No entanto, 69% da categoria recebe abaixo da média. Para elevar os salários baixos é preciso conseguir o piso salarial.

Considerando a folha de pagamento como um bolo dividido em 100 fatias para 100 convidados, a situação dos metalúrgicos seria esta:

* 56 convidados têm de dividir entre si 27 fatias de bolo.

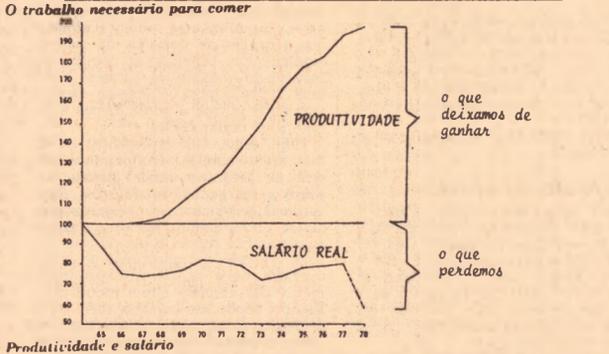
* 4 convidados têm de dividir entre si 20 fatias de bolo.

Ou seja, os metalúrgicos de salários mais baixos, apesar de serem a maioria da categoria, recebem, proporcionalmente uma parcela maior das folhas de pagamento das empresas.

SALÁRIOS	DISTRIBUIÇÃO		SALARIAL
	Compareceram às Reuniões	Total da Categoria	
Até 2 Sal. mínimos	30%	56%	
De 2 a 3 Sal. mínimos	30%	18%	
De 3 a 4 sal. mínimos	21%	10%	
De 4 a 6 sal. mínimos	17%	9%	
De 6 a 8 sal. mínimos	2%	3%	
Mais de 8 sal. mínimos	-	4%	
TOTAL	100%	100%	



QUANTIDADE E PRODUTOS	SETEMBRO	
	1975	1978
4 quilos de Carne	31h 02min	53h 21min
7,5 litros de Leite	04h 14min	06h 00min
4,5 quilos de Feijão	04h 41min	17h 04min
3,0 quilos de Arroz	03h 28min	04h 59min
1,5 quilos de Farinha de Trigo	01h 54min	01h 09min
6,0 quilos de Batata	02h 14min	07h 11min
9,0 quilos de Tomate	09h 03min	14h 02min
6,0 quilos de Fão	07h 38min	17h 18min
0,600 quilos de Café (Pó)	00h 37min	05h 59min
7,5 dúzias de Banana	03h 08min	09h 15min
3,0 quilos de Açúcar	03h 20min	02h 56min
0,750 quilos de Banha	04h 09min	05h 08min
0,750 quilos de Manteiga	07h 06min	05h 49min
TOTAL	88h 34min	138h 03min



EMPRESA	LUCRO	LÍQUIDO	RENTABILIDADE
ARNO S/A.	135.327.176,00		14,0%
CTA. METALÚRGICA PRADA	186.163.948,00		35,3%
DURATEX S/A.	249.876.367,00		14,3%
ERICSON DO BRASIL	740.140.000,00		25,1%
IERAPE	249.412.639,04		18,1%
FUNDAÇÃO BRASIL S/A.	118.439.163,04		42,9%
INDÚSTRIAS VILLARES	308.091.492,92		20,8%
LORENZETTI S/A.	38.219.783,00		16,6%
METAL LEVE S/A.	367.961.000,00		28,6%
SIDERÚRGICA J.L. ALIPERTI S/A	221.489.915,39		19,4%
USINA SANTA OLÍMPIA	45.819.339,00		22,2%
WALITA S/A.	188.217.563,61		35,4%
TOTAL	2.849.158.387,00		média 22,4%

Lucros das empresas

(Catarina Nunes)

CONDIÇÕES DE TRABALHO E A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Os participantes do III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram travar luta a nível nacional para incluir na Constituição Federal o reconhecimento dos delegados sindicais e das comissões de fábrica, eleitos por votação direta e com estabilidade no emprego assegurada, durante o mandato e um ano após o seu término. De acordo com a legislação trabalhista vigente, apenas os diretores do sindicato, em número nunca superior a 24, gozam da estabilidade.

Aprovada por unanimidade na sessão plenária do segundo dia do congresso, a proposta partiu da consideração de que essas duas formas de organização no local de trabalho "resumem a experiência do movimento grevista dos trabalhadores do Grande São Paulo", ocorrido entre maio e julho.

O grupo de metalúrgicos que formulou a proposição adverte, entretanto, que só a mobilização de todos os trabalhadores pode levar a classe a uma posição de força maior. "Temos certeza que apenas a lei não irá garantir os delegados sindicais ou comissões de fábrica e impedir as demissões dos companheiros eleitos. Lei beneficia ao operário nunca foi dada, e não resultou de greves, prisões e mortes".

“A força sindical vem da organização dentro da empresa”

De acordo com informe preparado pelo Sindicato de São Bernardo, utilizado como subsídio para o debate entre os congressistas nos dez grupos, "a única forma de aumentar a representatividade do sindicato e solidificar a luta sindical, será o seu enraizamento dentro das fábricas, pela conquista de mecanismos de representação do sindicato nas empresas".

Essa conclusão partiu, em primeiro lugar, da constatação de que a CLT estabelece que o mandato de um representante de um sindicato não pode superar os 24 membros, o que dificulta, ou até impossibilita, o trabalho sindical dentro das empresas.

Além disso, a existência do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, que dá estabilidade ao trabalhador e o torna a categoria muito bem pago, anulando na prática os esforços para aumentar a representatividade dos sindicatos, segundo o ponto de vista do próprio informe.

Obstáculo é a inexistência de estabilidade no emprego para o sindicato, o que é garantido apenas ao representante dos diretores da entidade durante o exercício do mandato e por um ano após o seu término. Isso "dificulta seriamente a conquista de novas categorias, no trabalho de arregimentação e conscientização dos trabalhadores. Aquelles que se destacam no trabalho de conscientização de seus companheiros em torno de seus problemas são sumariamente demitidos pelas empresas".

Por fim, há ainda a inadequação da estrutura sindical, que permanece a mesma de 40 anos atrás, época em que havia um parque industrial pouco diversificado, pequena força de trabalhadores urbanos, uma mão de obra também pouco diversificada e um reduzido número de empresas, de tamanho médio bem menor. Ou seja, um número reduzido de diretores sindicais talvez pudesse atender a essa realidade fabril. Mas hoje a situação é bem diferente: categorias com 200, ou 1000, ou 400 000 membros contra com o mesmo número de diretores no sindicato.

Quanto a este aspecto da estrutura sindical, deverá haver uma mudança radical", sustenta o informe do sindicato dirigido por Lula, deixando em aberto as possibilidades de solução do problema: criação de delegados sindicais, ou comissões de fábricas, ou mesmo de uma representação mista. Seja como for, a função de representação dos trabalhadores dentro da empresa será a de auxiliar o trabalho da diretoria do sindicato na arregimentação dos trabalhadores e "terá outras tarefas como a fiscalização do cumprimento dos acordos coletivos, horário, higiene e segurança do trabalho e ritmo de produção.

Muita Controversia

Quatro teses curtas sobre o tema "Delegados sindicais e comissões de fábrica" alimentam a polémica nos grupos na manhã de domingo, por mais de três horas seguidas. Comparadas entre si, por assessores técnicos do DIEESE, as conclusões dos grupos revelaram um desentendimento acentuado de pontos de vista sobre definições básicas. Por exemplo, um dos grupos que apenas as comissões de fábrica deviam existir. Outro argumentava pela aceitação apenas de delegações sindicais no futuro. Uma terceira alternativa, apontava para a combinação entre as duas formas. Houve quem opinasse que não via até aquele momento nenhuma diferença entre delegados e comissões, como o próprio Lula, que falou ao plenário neste sentido.

Essa diversidade revelou que o tema do enraizamento do movimento sindical no interior das empresas não é tão simples assim, e que ainda vai dar muito pano para manga, particularmente em São Bernardo, onde agora começa a ser debatido com intensidade.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.



possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

possível ir além de um entendimento muito genérico de que as comissões de fábrica situam mais no âmbito da empresa, enquanto o delegado sindical busca estabelecer o elo entre esta e o sindicato.

Embora vários congressistas tentassem precisar em detalhes as possíveis diferenças entre as duas formas de organização, não foi

Mas, enfim, como concluiu Djalma de Souza Hom, o dirigente sindical que presidiu a mesa, "entre mortos e feridos, salvaram-se todos". No essencial, chegou-se a um consenso sem problemas a um

consenso de que o movimento sindical deve empenhar-se tanto na criação da figura do delegado sindical, quanto na formação de comissões de fábrica, como elementos importantes em qualquer definição de uma nova estrutura sindical.

As votações

Lidos os relatórios, quatro características eram comuns para traçar o perfil destas formas de organização: a necessidade da estabilidade; o processo de eleição direta, através do voto dos próprios trabalhadores; a possibilidade de destituição dos delegados ou membros das comissões que não corresponderem às expectativas das bases; a importância da formação através de cursos e palestras destes representantes.

A partir daí, o resto foi decidido por votação, já que as propostas apresentadas eram conflitantes. Inicialmente, os metalúrgicos optaram pela fórmula segundo a qual os delegados sindicais devem ser escolhidos entre os próprios membros da comissão de fábrica (a alternativa era a escolha separada). Em segundo lugar, o plenário entendeu que qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, está ha-

bililitado para participar das comissões de fábrica (a outra opção era limitar apenas aos sindicalizados a participação). Em terceiro lugar, por unanimidade tomou-se uma medida bastante prática: organizar durante o próprio congresso um encontro para discutir a formação de comissões em cada fábrica de São Bernardo e Diadema.

A última votação, que rejeitou por unanimidade a ideia de formação de comissões paritárias entre empregados e empregadores, foi recebida pelo plenário com exaltação, levando Lula a uma irritada intervenção no microfone contra "o comportamento de festividade e os pulinhos como macaca de auditório".

O assunto foi alvo de contradições em vários grupos, ao que tudo indica, pela presença no Congresso de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato Metalúrgico de João Monlevade, onde foi formada uma comissão paritária, durante a greve recente. O conhecido líder autêntico defendeu durante o encontro a experiência de Monlevade, que segundo ele, tem o objetivo de resolver os litígios nas relações de trabalho interligadas, através de seus representantes, para o que a chamada "estrutura sindical" contribuiu muito.

De outros pontos de vista, inclusive no que se refere a existência de um setor produtor de bens de capital, a eco-

nomia brasileira é hoje estruturada oligopolisticamente, e suas leis de movimento, as formas de reprodução do capital, as formas dos ciclos de baixa e de alta do processo de acumulação, as crises, enfim, são leis, e formas capitalistas e mais que isso, do capitalismo da fase dos oligopólios.

Quer dizer, os principais ramos da economia nacional são controlados por poucos e grandes grupos, há uma enorme intervenção do Estado que não é contra o capitalismo mas o assegura e o expande, o capital estrangeiro está assentado principalmente no setor manufatureiro e sua competição com o próprio capital nacional já não reproduz o tipo de contradições que ocorria nos primórdios da industrialização. Seria fastidioso enumerar para o leitor um rosário de indicadores para a comprovação dessas afirmações, matéria ademais conhecida dos leitores dos jornais independentes.

Em síntese: enquanto as grandes corporações têm, já, todas as características da concorrência interoligopolística, enquanto as regras da socialabilidade capitalista são impostas ao conjunto da sociedade, os assalariados e a classe operária, eixos centrais do processo de produção e circulação permanecem no mundo do carro de bois, do ponto de vista de suas organizações de classe.

Essa anomalia, entretanto, chegando a nossa pergunta principal, não é casual. Ela vem desde os anos 30, quando a legislação sindical não apenas tutelou o movimento operário em sua expressão sindical ao longo do Estado, como operou uma uniformização da classe trabalhadora para benefício do capital industrial emergente. Essa operação de uniformização nada tem a ver com a unidade da classe trabalhadora, sendo muito pelo contrário, o seu oposto. Essa uniformização não apenas destruiu os sindicatos mais combativos, mas impediu que a crescente diferenciação dentro da própria classe trabalhadora em função desse processo fosse um elemento unificador que puxasse os salários reais para cima. Oürgou durante décadas a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Mas, enfim, como concluiu Djalma de Souza Hom, o dirigente sindical que presidiu a mesa, "entre mortos e feridos, salvaram-se todos". No essencial, chegou-se a um consenso sem problemas a um

consenso de que o movimento sindical deve empenhar-se tanto na criação da figura do delegado sindical, quanto na formação de comissões de fábrica, como elementos importantes em qualquer definição de uma nova estrutura sindical.

As votações

Lidos os relatórios, quatro características eram comuns para traçar o perfil destas formas de organização: a necessidade da estabilidade; o processo de eleição direta, através do voto dos próprios trabalhadores; a possibilidade de destituição dos delegados ou membros das comissões que não corresponderem às expectativas das bases; a importância da formação através de cursos e palestras destes representantes.

A partir daí, o resto foi decidido por votação, já que as propostas apresentadas eram conflitantes. Inicialmente, os metalúrgicos optaram pela fórmula segundo a qual os delegados sindicais devem ser escolhidos entre os próprios membros da comissão de fábrica (a alternativa era a escolha separada). Em segundo lugar, o plenário entendeu que qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, está ha-

bililitado para participar das comissões de fábrica (a outra opção era limitar apenas aos sindicalizados a participação). Em terceiro lugar, por unanimidade tomou-se uma medida bastante prática: organizar durante o próprio congresso um encontro para discutir a formação de comissões em cada fábrica de São Bernardo e Diadema.

A última votação, que rejeitou por unanimidade a ideia de formação de comissões paritárias entre empregados e empregadores, foi recebida pelo plenário com exaltação, levando Lula a uma irritada intervenção no microfone contra "o comportamento de festividade e os pulinhos como macaca de auditório".

O assunto foi alvo de contradições em vários grupos, ao que tudo indica, pela presença no Congresso de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato Metalúrgico de João Monlevade, onde foi formada uma comissão paritária, durante a greve recente. O conhecido líder autêntico defendeu durante o encontro a experiência de Monlevade, que segundo ele, tem o objetivo de resolver os litígios nas relações de trabalho interligadas, através de seus representantes, para o que a chamada "estrutura sindical" contribuiu muito.

De outros pontos de vista, inclusive no que se refere a existência de um setor produtor de bens de capital, a eco-

nomia brasileira é hoje estruturada oligopolisticamente, e suas leis de movimento, as formas de reprodução do capital, as formas dos ciclos de baixa e de alta do processo de acumulação, as crises, enfim, são leis, e formas capitalistas e mais que isso, do capitalismo da fase dos oligopólios.

Quer dizer, os principais ramos da economia nacional são controlados por poucos e grandes grupos, há uma enorme intervenção do Estado que não é contra o capitalismo mas o assegura e o expande, o capital estrangeiro está assentado principalmente no setor manufatureiro e sua competição com o próprio capital nacional já não reproduz o tipo de contradições que ocorria nos primórdios da industrialização. Seria fastidioso enumerar para o leitor um rosário de indicadores para a comprovação dessas afirmações, matéria ademais conhecida dos leitores dos jornais independentes.

Em síntese: enquanto as grandes corporações têm, já, todas as características da concorrência interoligopolística, enquanto as regras da socialabilidade capitalista são impostas ao conjunto da sociedade, os assalariados e a classe operária, eixos centrais do processo de produção e circulação permanecem no mundo do carro de bois, do ponto de vista de suas organizações de classe.

Essa anomalia, entretanto, chegando a nossa pergunta principal, não é casual. Ela vem desde os anos 30, quando a legislação sindical não apenas tutelou o movimento operário em sua expressão sindical ao longo do Estado, como operou uma uniformização da classe trabalhadora para benefício do capital industrial emergente. Essa operação de uniformização nada tem a ver com a unidade da classe trabalhadora, sendo muito pelo contrário, o seu oposto. Essa uniformização não apenas destruiu os sindicatos mais combativos, mas impediu que a crescente diferenciação dentro da própria classe trabalhadora em função desse processo fosse um elemento unificador que puxasse os salários reais para cima. Oürgou durante décadas a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Mas, enfim, como concluiu Djalma de Souza Hom, o dirigente sindical que presidiu a mesa, "entre mortos e feridos, salvaram-se todos". No essencial, chegou-se a um consenso sem problemas a um

consenso de que o movimento sindical deve empenhar-se tanto na criação da figura do delegado sindical, quanto na formação de comissões de fábrica, como elementos importantes em qualquer definição de uma nova estrutura sindical.

As votações

Lidos os relatórios, quatro características eram comuns para traçar o perfil destas formas de organização: a necessidade da estabilidade; o processo de eleição direta, através do voto dos próprios trabalhadores; a possibilidade de destituição dos delegados ou membros das comissões que não corresponderem às expectativas das bases; a importância da formação através de cursos e palestras destes representantes.

A partir daí, o resto foi decidido por votação, já que as propostas apresentadas eram conflitantes. Inicialmente, os metalúrgicos optaram pela fórmula segundo a qual os delegados sindicais devem ser escolhidos entre os próprios membros da comissão de fábrica (a alternativa era a escolha separada). Em segundo lugar, o plenário entendeu que qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, está ha-

bililitado para participar das comissões de fábrica (a outra opção era limitar apenas aos sindicalizados a participação). Em terceiro lugar, por unanimidade tomou-se uma medida bastante prática: organizar durante o próprio congresso um encontro para discutir a formação de comissões em cada fábrica de São Bernardo e Diadema.

A última votação, que rejeitou por unanimidade a ideia de formação de comissões paritárias entre empregados e empregadores, foi recebida pelo plenário com exaltação, levando Lula a uma irritada intervenção no microfone contra "o comportamento de festividade e os pulinhos como macaca de auditório".

O assunto foi alvo de contradições em vários grupos, ao que tudo indica, pela presença no Congresso de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato Metalúrgico de João Monlevade, onde foi formada uma comissão paritária, durante a greve recente. O conhecido líder autêntico defendeu durante o encontro a experiência de Monlevade, que segundo ele, tem o objetivo de resolver os litígios nas relações de trabalho interligadas, através de seus representantes, para o que a chamada "estrutura sindical" contribuiu muito.

De outros pontos de vista, inclusive no que se refere a existência de um setor produtor de bens de capital, a eco-

nomia brasileira é hoje estruturada oligopolisticamente, e suas leis de movimento, as formas de reprodução do capital, as formas dos ciclos de baixa e de alta do processo de acumulação, as crises, enfim, são leis, e formas capitalistas e mais que isso, do capitalismo da fase dos oligopólios.

Quer dizer, os principais ramos da economia nacional são controlados por poucos e grandes grupos, há uma enorme intervenção do Estado que não é contra o capitalismo mas o assegura e o expande, o capital estrangeiro está assentado principalmente no setor manufatureiro e sua competição com o próprio capital nacional já não reproduz o tipo de contradições que ocorria nos primórdios da industrialização. Seria fastidioso enumerar para o leitor um rosário de indicadores para a comprovação dessas afirmações, matéria ademais conhecida dos leitores dos jornais independentes.

Em síntese: enquanto as grandes corporações têm, já, todas as características da concorrência interoligopolística, enquanto as regras da socialabilidade capitalista são impostas ao conjunto da sociedade, os assalariados e a classe operária, eixos centrais do processo de produção e circulação permanecem no mundo do carro de bois, do ponto de vista de suas organizações de classe.

Essa anomalia, entretanto, chegando a nossa pergunta principal, não é casual. Ela vem desde os anos 30, quando a legislação sindical não apenas tutelou o movimento operário em sua expressão sindical ao longo do Estado, como operou uma uniformização da classe trabalhadora para benefício do capital industrial emergente. Essa operação de uniformização nada tem a ver com a unidade da classe trabalhadora, sendo muito pelo contrário, o seu oposto. Essa uniformização não apenas destruiu os sindicatos mais combativos, mas impediu que a crescente diferenciação dentro da própria classe trabalhadora em função desse processo fosse um elemento unificador que puxasse os salários reais para cima. Oürgou durante décadas a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

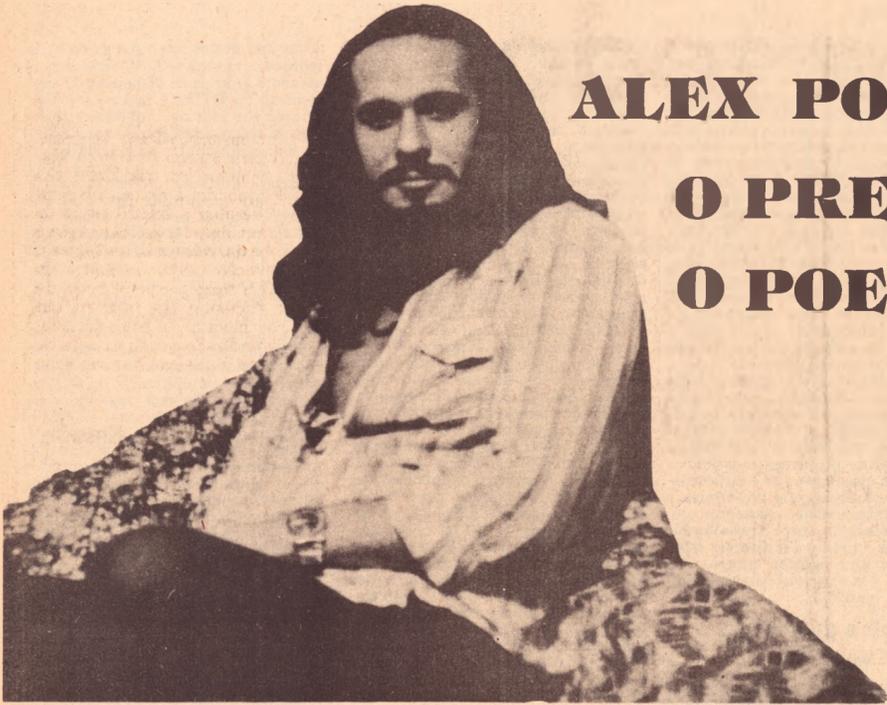
Quando a este último aspecto, o Sindicato Único (definido pela CLT) deve ser o patamar mínimo a ser cogitado por quem visando sempre que possível, a unidade dos sindicatos não somente a nível municipal, mas também, entre vários municípios. É, sempre, que se trata de uma unidade de organização e contrato coletivo dos setores mais avançados do movimento sindical (como é o caso da nossa categoria) é a

grande pergunta a ser respondida neste Congresso.

Como exemplo disso, pode-se citar o interesse de fracionar a nossa base através da proposta de constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Manuais de São Bernardo, independente dos demais trabalhadores que formam a nossa categoria.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical será definida a partir da ação conjunta da classe operária, visando sempre que possível, visando a conquista dos seus objetivos comuns, como também através das articulações que se estabelecerem entre as diferentes organizações sindicais.

O direito de sentir, lembrar, ter ódio e seguir adiante!



**ALEX POLARI,
O PRESO,
O POETA.**

Preso político desde 1971, Alex Polari de Alvarenga está condenado a 74 anos, encontrando-se atualmente no Instituto Penal Milton Dias Moreira, na Frei Caneca, no Rio de Janeiro.

Ele acha que "todo mundo que possa e saiba contar uma história desses tempos, que cante, quem não sabe, tente".

Nesse sentido, Alex lança agora seu primeiro livro de poesias ("Inventário de Cicatrizes"), lançado pelo Teatro Ruth Escobar e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.

O próprio autor comenta aqui sua vida e obra (*).

SEMÂNTICA EXISTENCIAL

Debaixo da janela de minha cela desfilam a 1ª Companhia, a 2ª Companhia, a 3ª Companhia e as demais companhias que não solucionam minha solidão.

OSSOS DO OFÍCIO

Meu companheiro querido não foi por falta de cobertura nem falta de planejamento que estupidamente a vida te fugiu por um orifício

A NOVA TÁTICA E O VELHO INSTINTO

Juro não tem auto-crítica que me tire as saudades de uns tiros.

Fui integrante de uma geração nascida nos intervalos dos senões e da porrada, que fez seu aprendizado de vida num momento em que a política retornava às ruas, às escolas e às fábricas, após o silêncio, as deserções e as derrotas de 64.

De uma maneira geral foi essa geração que surgiu e se politizou a partir de 66. Uma geração que, quando os ventos da revolução pareciam soprar de maneira irrefreável desde as barricadas do Quartier-Latin, viveu as ilusões libertárias do maio de 68 e avaliou uma América Latina às vésperas de um surto revolucionário continental.

Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina foram, no entanto, desmentidos trágicos desse otimismo desenfreado.

Após o fim desses sonhos, o regime institucionalizou de forma definitiva a repressão política, o terror e a tortura. Uma parte considerável dessa geração que teve em 68 seu clímax, optou pela oposição armada à ditadura.

É isso começa no exato momento em que, além da estreiteza da fase social dessa proposta - intrinsecamente ligada ao ascenso do movimento estudantil - esse próprio movimento que lhe dera origem estava num período de desertificação e declínio, não logrando de fato ter um vínculo expressivo com as aspirações do povo e a luta dos trabalhadores.

Expressão social de um movimento de segmentos radicalizados das camadas médias, a oposição armada foi combatida ao nível político econômico (consumismo, ampliação do crédito, concessões visando incorporar ou neutralizar parcelas consideráveis dessas camadas) e militar (política de extermínio, tortura e assassinato dos militantes).

Durante esse período até nossos dias, foram centenas as vítimas do terror policial instaurado e que rapidamente se ampliou para todo e qualquer tipo de oposição ou descontentamento popular diante do regime. Muitos desses poemas são dedicados a esses companheiros tombados de diferentes formas e

dos quais tive a chance de compartilhar poucas alegrias e muitas incertezas numa relação igualmente tensa e táctica, intensa e breve, a que a morte punha sempre um ponto final que, apesar de esperado e pressentido, era sempre triste e cheio de perplexidade.

Zequinha, Juarez Guimarães de Brito, Carlos Alberto, Eduardo Leite, Gerison Theodoro da Silva, Maurício Guilherme da Silveira, Mário Prata, Marilene e mais ainda, depois da prisão: Stuart (morte por mim presenciada), Zé Raimundo da Costa, Ivan Mota Dias, Aloisio Palhano, Walter Oliveira, José Milton Barbosa, Marcos Nolato, Yuri e Alex Xavier, Edgar de Aquino Duarte (com quem estive no DOI/CODI, antes de desaparecer) e outros que não me ocorrem agora.

Foi nesse período difícil, onde a cada semana nos deparávamos com as cínicas notas oficiais dando conta de "atropelamentos", "suicídios", fugas e tiroteios montados onde morriam companheiros e amigos queridos, que essas poesias, que hoje vêm à luz, começaram a brotar. Primeiro de uma forma clandestina, proibida, contrabandeada, depois de um jeito mais solto - quando sentir, ter emoções, amar, se tornou direito readquirindo nos intervalos da luta pela sobrevivência nos cárceres.

Escrever nessas condições, mais que uma veleidade literária, era principalmente uma luta para continuar se expressando de alguma forma, sem nenhuma pretensão a mais que travar batalhas silenciosas e anônimas contra os carrascos. Cada poema que seguiu destino, foi contrabandeado ou burlou as revistas e transferências de prisão, era uma pequena vitória. Uma vitória pequena, desconhecida de todos, mas que assumia uma importância muito particular para mim: o direito de sentir, lembrar, de ter ódio e seguir adiante.

Sentido e rumo

Meus rabiscos obviamente não poderiam fugir dessa vivência e desses

limites. Impossível inventar um caminho que não fosse o percorrido.

Como militantes políticos e consequentemente como gente, o pouco tempo de vida útil que tivemos foi dedicado a procurar se alinhar do lado da História, da luta dos trabalhadores e do povo. Tudo o que nós erramos (e não foi pouco) foi dentro desse sentido e rumo, mas sem filisteísmo nem remorsos. Se não encontramos o caminho correto, a resposta a essa questão está no plano da política, da teoria e da ideologia, não compete à poesia.

A poesia apenas espelha as ilusões, a sede dessa procura, as contradições de um punhado de jovens oriundos de um determinado meio e movimento social, procurando fazer uma outra opção de classe. Seria falso e mesmo impossível que esses poemas espelhassem a vivência dos trabalhadores, dos oprimidos e dos explorados. A vivência deles não foi a nossa, não foi a minha, pelo menos por enquanto, e quando ela for a mesma, estará resolvida uma questão importante, menos no campo da poética que no da política. Representamos portanto um segmento do movimento social após 64 que procurou essa identificação mas esta permaneceu um tanto abstrata e inconclusa. A questão ainda hoje permanece, a procura idem. Conseguida, a poesia que mal ou bem devo continuar escrevendo na certa se ressentirá disso.

Por enquanto, a única coisa sincera que tenho para contar são as contradições, perplexidades e fantasias, que tenho certeza não são só minhas, mas que fazem parte de um capítulo vivido por muita gente que hoje se encontra dispersa, desde o fundo dos oceanos, passando pelas prisões até em terras longínquas.

Quanto a técnicas, estilos, etc., isso permanece para mim como algo secundário, sem qualquer importância. O sentido deste livro transcende qualquer veleidade literária que possa existir. É sim uma vitória pacientemente tecida por esses anos de cárcere e que hoje se concretiza. A sensação de que, mesmo com o corpo entre grades e a vida entre parênteses, a gente (falo aqui dos prisioneiros de um modo geral) não está morta. Pode criar, lutar, participar, intervir.

Prosa, verso, gesto ou grito.

Os poemas de "Inventário de Cicatrizes" são, em certa medida, vômitos. Evocam a clandestinidade, a tortura, a morte e a prisão. Tudo, absolutamente tudo neles, é vivência real, daí serem diretos e descritivos. Servem também para reter uma memória essencial, de outra maneira fadada a se diluir.

Por via das dúvidas fica registrada na forma de poemas. Se eles não estão fadados a entrar na História - seja da Literatura ou de outras - como é quase certo, que entrem para a Geografia. Uma geografia muito especial de muros, prisões, ilhas de silêncio, uma geografia de cadáveres jogados ao mar ou em covas rasas, dos quais possivelmente nunca teremos um mapa, apenas indícios. Outros depois de nós talvez procurem tesouros no fundo do mar e em vez de dar com velhos galeões naufragados se deparem com os mortos de nossa geração.

Pranto e vírgula

O objetivo de mapear nossos mortos, nossas feridas, fazer o inventário de nossas cicatrizes exige um esforço minucioso. Pausas. Interrogações deixadas nos interrogatórios. Exclamações colhidas no pau-de-arara. Pranto e vírgula, testemunhos. Em suma: quem quiser descobrir esses tempos tem que, descobridor as palavras, expressar aquilo que não foi dito, porque a tortura quebrou antes, o choque enrolou a língua antes, o carrasco colocou o capuz antes, a polícia

deu um tiro antes que se começasse a falar. Engatilhar todas as palavras possíveis contra eles, sabendo que prá acabar verdadeiramente com eles, as palavras não bastam, já é um outro departamento. Mas todo mundo que possa e saiba contar uma história desses tempos, que cante, quem não sabe, tente em prosa, verso, gesto ou grito.

Um pedaço da minha taí, vestida em certa solenidade gráfica, o que me deixa contente mas confesso que meio sem graça. Esse negócio de ser "autor" é meio gozado. O livro que tá sendo lançado hoje é dedicado a todos quantos foram assassinados pelo regime militar, a alguns companheiros mortos que tiveram particular importância para mim, a todos os presos, torturados, perseguidos, exilados e banidos dessa nossa diáspora.

E também é dedicado ao meu filho Thiago. Ele nasceu em junho, já no oitavo ano de permanência do pai nas chamadas "agências terapêuticas do Estado".

No momento em que escrevo esta carta, ele anda ensaiando uns sorrisos muito lindos que já começa a utilizar como arma de educação e expressão de prazer. Não me arrisco, apesar da tentação, a fazer dessa vida que engatinha ou mesmo desse sorriso mal ensaiado, o final desta carta, uma metáfora de tempos que estão por vir. Auroras luminosas podem se transformar em crepúsculos sombrios. O que vai determinar a metáfora correta para os novos tempos é o que for-

mos fazendo, da maneira que for possível para tornar nossa projeção real.

Usar, belas imagens a priori, associar o surgimento de uma vida tão querida quanto incipiente, com o raiar igualmente incipiente e belo dos novos dias que queremos, seria no mínimo leviano. Por isso renuncio ao melhor desfecho poético, seja com meu filho, auroras, ou quaisquer outras metáforas. Que tudo seja na exata medida do empenho e da correção com que e pelo que lutamos.

E atualmente há muito por que lutar. Para fortalecer a unidade e a organização independente dos trabalhadores e demais setores populares da oposição; para perseguir uma democratização por baixo, a mais ampla possível; para transformar a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita numa autêntica luta de massas, em suma, para definir as bases de uma frente estável pela derrubada da ditadura, sem deixar de se preocupar desde hoje com o que vem depois dela."

Alex Polari de Alvarenga

(* O texto de Alex Polari foi escrito para lançamento de seu livro, no Rio de Janeiro, numa promoção da CBA. O autor, no final da mensagem, agradece ao Teatro Ruth Escobar e ao CBA-RJ, que "viabilizaram essa edição de Inventário de Cicatrizes, e a todo um pessoal muito especial que batalhou nela". E conclui: "Gostaria muito de comparecer hoje aí, ao ato de lançamento, mas motivos de força maior (9m de muro e 7 portas de grade) me impedem".

TEATRO

O POVO EM FARRAPOS

A Revolução Farroupilha, segundo Delmar Correia. Do autor: "Busco trazer uma reflexão aos gaúchos sobre sua história, sobre fatos que estão consumados. Normalmente, se fala que entre os farrapos faltou liderança. Nada disso, faltou foi participação popular".

Anualmente, os gaúchos comemoram sua data oficial: o 20 de setembro. A bandeira tricolor farroupilha aparece nos prédios públicos, nas escolas. Os Centros de Tradições Gaúchas, espalhados às centenas pelo Estado realizam desfiles à caráter, bailes, apresentações folclóricas e os discursos, repetem, monotonamente, os feitos heróicos, as jornadas gloriosas da Revolução Farroupilha, os dez anos de República de Piratini sustentados pelos liberais republicanos contra o Império de D. Pedro II, entre 1835/1845.

As comemorações deste ano tiveram uma nota dissonante com a peça em cartaz no Auditório da Assembleia Legislativa: "Em Farrapos". Enquanto não aparecem obras históricas mais sérias que revisem esse período histórico, limpando-o da simples apologia, o teatro, ao menos, retoma o assunto lançando críticas à reflexão.

Obra de jornalista escritor, a peça, por sua vez, não está muito preocupada com grande rigorismo histórico e prolongada pesquisa. O autor, Delmar Marques Correia, que se define "como um eterno desconfiado, de uma geração que nunca votou para presidente da República", procura efetuar um trabalho desmistificador sobre a Revolução Farroupilha. Faz isso, na

peça, através de fatos reais com dois personagens, Bento Gonçalves e Onofre Pires, ambos dirigentes da Revolução, e suas divergências políticas e pessoais, que culminam num duelo de morte para o segundo.

EM TEMPO entrevistou Delmar, autor que já possui outros trabalhos escritos e em elaboração: "Olhos de Vaca", sobre as desventuras de um casal de gaúchos emigrantes na Amazônia, e "Notícia S.A.", sobre o trabalho dentro de um jornal.

- Delmar, a crítica portolegrense apresentou sua peça como uma visão desmistificadora da Revolução Farroupilha, onde os heróis viram franjados. Como é isso?
- A peça entra na Revolução através dos personagens. Procura mostrar seu caráter elitista, comandada por caudilhos da época que viam como única vantagem a instalação, no Rio Grande, de sua própria Corte. Os caudilhos estavam dispostos apenas em criar sua própria Corte através da força militar. O caráter republicano era meramente formal, não sustentaria nenhuma abertura social ou política. As divergências existentes eram elitistas, entre um general, Bento Gonçalves, e um coronel dissidente, Onofre Pires. O que havia era uma simples luta pelo

poder. Um manifesto, publicado no jornal farroupilha, O povo, lá por volta de 1843, assinado por Pires, e outros militares e deputados, acusavam Bento Gonçalves de déspota, tirano, além das acusações morais e de corrupção.

- Mas, onde a peça se diferenciaria, quanto ao conteúdo, das interpretações tradicionais, idealistas, que valorizam o papel do indivíduo, do herói na história? Para o historiador gaúcho Moyses Vellinho, por exemplo, a Revolução Farroupilha teria sido motivada pela "fidelidade a uma idéia" dos farrapos.

- Eles são os donos da História. Não estou dando uma nova interpretação. Acho que a Revolução vai continuar sendo vista da mesma forma, ensinada para as crianças nos colégios do mesmo jeito, cultivando os heróis. A centralização da peça na figura de Bento Gonçalves tem a função de denunciar o mito. Acho que o gaúcho, mais que qualquer outro brasileiro, tem uma característica mitificadora de sua história, que é responsável, inclusive, pelo papel que o Rio Grande tem desempenhado na história do País. Busco com a peça, trazer um reflexo aos gaúchos sobre sua história, sobre fatos que estão consumados. Normalmente, se fala que entre os farrapos faltou liderança.

Nada disso, faltou foi participação popular. Os dois personagens centrais da peça são fazendeiros, Bento Gonçalves, inclusive, continuava escravocrata. Quando foi preso, levou o escravo consigo. Considerava-os ótimos guerreiros, ou seja, "bucha para canhão".

Os mitos

- Independente da crítica justa aos mitos, o ideário republicano, naquele momento, não significa uma proposta progressista, ainda que sob a direção de caudilhos? E os estrangeiros, Garibaldi, Canabarro e outros, não traziam também uma concepção ideológica de uma Europa que entrava na era das nações burguesas?

- Garibaldi era um mercenário, mais "um pirata na lagoa". Canabarro, coelho, acho que foi o mais importante deles. Zambecare e Rosseti, são anarquistas utópicos. O primeiro, um jornalista panfletário que sonhava com um mundo novo, um sistema aberto, sem Corte, descentralização comunal etc. Meu trabalho não é uma pesquisa profunda, perfeita. Li muito o que me interessava. A peça é a leitura que eu

faço dos acontecimentos, para mim o teatro é uma continuação da vida de jornalista. Acho que outra pessoa poderia entender as coisas de forma completamente diferente.

- Não é um pouco contraditório você dar à peça o caráter desmistificador e ao mesmo tempo dar à morte de Onofre Pires, após o duelo com Bento Gonçalves, o sentido de uma esperança, de uma bandeira de liberdade? Há uma comparação com o momento atual, a bandeira da liberdade farroupilha pode ser transposta para nossos dias?

- A peça permite uma comparação. A expectativa da luta pela liberdade se mantém. Agora, não sei: se é contraditória, nem sei porque se teima em defender algumas coisas. Talvez seja contraditória para alguém que como eu é um eterno desconfiado. Sou de uma geração que nunca votou para presidente. Elegi dois deputados e um vereador que foram cassados. Isso diz tudo. Talvez seja contraditório, mas emu trabalho, mesmo assim, ao sacudir as visões tradicionais, ao denunciar os mitos, deve servir para alguma coisa, ao menos para fazer as pessoas pensarem. (Sucursal de Porto Alegre)

"ALÉM DA GREVE"

Um livro de Antonio Felix Nunes, o jornalista mais por dentro do movimento sindical.



Peça reservar-se pelo reembolso Postal.....livro(s) Além da Greve Pelo Preço de Cr\$ 40,00 cada.

Nome
Endereço
Cidade
Estado
Obs: Toda encomenda sofrerá acréscimo de despesas postais.
Jornal EM TEMPO - Editora APARTE
Rua Mathues Grou, 57 - CEP: 05 41 5
São Paulo - SP.

ORIENTE MÉDIO

Cada um por si e Deus contra todos

Até o término da reunião de cúpula de Camp David, o conceito de "país do campo de batalha" era utilizado, no mundo árabe, para caracterizar o Egito e a Síria, que se encontravam na vanguarda "da resistência ao sionismo". Hoje, o "campo de batalha" parece ter se estendido a todo o Oriente Médio - e sobretudo ao Líbano, onde se reacenderam os fogos da guerra civil que arrasou o país em 1975 e 1976.

Na verdade, uma das consequências da reunião de cúpula de Camp David foi a de obrigar todos os parceiros do intrincado jogo político-militar do Oriente Médio a proceder a uma revisão (e, em certos casos, a uma reviravolta radical) de suas alianças. Não é por acaso que o Iraque, feroz inimigo da Síria até poucas semanas - os dois países são governados por alas rivais do partido Baas - decida enviar tropas para a frente síria, para uma defesa comum das colinas de Golan contra um eventual ataque israelense; não é por acaso que o rei

Hussein, da Jordânia, que massacró os palestinos durante o "setembro negro" de 1971, volte a se apresentar como o firme defensor dos direitos históricos deste povo. Enquanto isso, a OLP de Arafat se vê obrigada a guardar silêncio, pois é urgente estabelecer novas alianças que possam fazer frente à ameaça sempre presente dos exércitos de Israel. O Egito se retirou do "campo de batalha": como declarou Sadat, "que de agora em diante, cada um cuide de seus interesses".

A tragédia que se abate sobre o Líbano resulta exatamente do fato de a Síria ter seguido o caminho apontado por Sadat. A Síria sabia que estava isolada no "campo de batalha", e que, em caso de conflito, os israelenses teriam um aliado seguro nas milícias da direita libanesa. A ofensiva síria contra os bairros cristãos de Beirute, que abrigam os quadros militares da Falange e de outras organizações fascistas, tinha por objetivo desmantelar o poder político e militar

da direita libanesa. Uma direita feroz e arcaica, perpetuamente dividida pelos assassinatos dos líderes de clãs (como o recente assassinato de membros da poderosa família Frangié pelos falangistas de Pierre Gemayel), mas dotada de armas modernas. E que veria, por exemplo, a absorção do sul do Líbano num Grande Israel como um preço menor a pagar, diante da perspectiva de esmagar de vez os muçulmanos - e, sobretudo, os "cães palestinos".

A intervenção síria

Para se aprender melhor o alcance do conflito libanês, é preciso recuar até a guerra civil de 1975 e 1976. Os combates começaram com o assassinato de comandos palestinos, numa emboscada de milicianos "cristãos". Quando os direitistas estavam prestes a ser militarmente derrotados pelos palestinos e muçulmanos, as tropas sírias se juntaram ao conflito - e do lado "cristão". O massacre do campo de refugiados palestinos de Tell-El-Zaatar, arrasado por tanques decorados com crucifícios, marca o fim dessa primeira fase de violências. A guerra matara mais de 6000 libaneses - o equivalente, em termos proporcionais, às baixas americanas em todo o conflito vietnamita.

A partir desse momento, a direita libanesa podia declarar que "o presidente Hafez Assad é um apóstolo, e não um político vulgar, e que prestou um grande serviço a seu país colocando-o ao lado dos civilizados em luta contra o fanatismo animal" (entrevista de Pierre Gemayel ao jornal Le Monde, em julho de 1978). O fato é que, desde sua intervenção, a Síria tornava-se o árbitro da vida política libanesa; a dominação da elite maronita passava a ser exercida nos termos propostos pela Síria, e somente nesses termos.



Milicianos falangistas

É claro que Israel não viu com bons olhos a hegemonia síria no Líbano. Assim, quando o conflito se reacendeu (a partir do choque entre os partidários de Gemayel e membros do clã Frangié), tropas israelenses invadiram o sul do país. Meses depois, retiravam-se; mas, desde esse momento, estreitaram-se os laços entre os milicianos cristãos e Israel, que começou a fornecer-lhes armamentos. Mais ainda, a elite maronita passava a contar com uma alternativa à Síria, em termos de poder. Se a opção for depender dos sírios ou dos israelenses, por que não dos israelenses? Pelo menos eles compartilhavam do ódio comum aos palestinos.

Os combates de outubro

Enquanto as aldeias cristãs do

sul do Líbano se declaravam abertamente pró-Israel, multiplicavam-se os choques entre as milícias direitistas e as tropas sírias da Força Árabe de Dissuasão. O resultado é que os clãs direitistas esqueceram suas divisões tradicionais e se uniram no ódio comum ao "muçulmano", fosse ele sírio, libanês ou palestino. Mas ainda havia, pelo menos formalmente, certas nuances analíticas: Pierre Gemayel podia declarar, em julho de 1978, que o presidente Assad, era "prisioneiro de uma política que ele não deseja, que lhe é contrária". Isto, depois de os canhões sírios terem bombardeado, durante três dias, os bairros cristãos de Beirute.

Hoje, nenhum líder libanês faria tal declaração: a violência da ofensiva síria transformou os combates

de julho em brincadeiras de crianças. A Síria atacou de cabeça fria, num momento em que Israel não podia responder à altura, sob pena de ver desabar o frágil castelo de cartas de Camp David. Sem água e sem comida, refugiada nos esgotos, a população cristã do bairro de Achrafieh fazia o aprendizado da brutal eficiência que pode ter um exército moderno e bem armado, um aprendizado que os campos de refugiados palestinos haviam feito desde 1976.

Os povos sem Estado

Na verdade, o traço comum a libaneses e palestinos é o fato de não disporem de um aparelho estatal à altura (e os palestinos, nem mesmo de um arremedo de Estado, como ocorre com o Líbano). E isto, num momento em que o conflito tende a se apresentar como um emaranhado de conflitos entre Estados nacionais - algo que marcou a vida política europeia durante séculos. "Razões de Estado" levaram Sadat a se aproximar de Israel e a reprimir os seus opositores internos, exatamente como levaram a Síria a lutar contra os palestinos e, agora, a esmagar as milícias "cristãs", algo que um Richelieu compreenderia perfeitamente.

Os palestinos, ao menos, podem dizer que foram despojados de sua pátria quando a Grã-Bretanha dominava a região, e que nunca deixaram de lutar pela sua reconquista. Os cristãos libaneses terão de culpar a si mesmos, ao arcaísmo de suas formas políticas (que Gemayel considera "próximas à vendetta da Córsega") pela destruição do Estado libanês e pelo fato de seu país estar destinado a servir de campo de batalha para os futuros conflitos do Oriente Médio.

C.E.



Em 1975, os grupos de esquerda enfrentam os tanques Sírios (na foto, militantes esquerdistas junto a um tanque capturado) Dois anos depois, a Síria esmaga as milícias falangistas.

INGLATERRA

Ford em greve desde setembro

Vanda F. Pinto



Callaghan

Os 57 mil trabalhadores da Ford na Inglaterra estão em greve desde setembro. Eles recusam os 5 por cento oferecidos pelo governo e exigem pelo menos 10 por cento de aumento. Eis aqui o alcance e os limites da luta dos sindicatos ingleses, no quadro da economia do país e nas relações de dependência que mantêm com o Partido Trabalhista, ora no poder.

Desde o final de setembro, 57 mil trabalhadores da Ford Corp. britânica estão em greve. Ela começou em decorrência da negativa da empresa em negociar um novo acordo salarial acima do teto de 5% fixado pelo governo trabalhista de James Callaghan. Tudo isso, quando a inflação acumulada nos 12 meses encerrados em agosto foi de 8%.

Com a greve da Ford - cujas negociações são normalmente tomadas como parâmetro para outras companhias e setores - inicia-se na Grã-Bretanha um novo período de luta salarial em torno dos novos contratos de trabalho.

Como aconteceu nos últimos

anos, o Trade Union Congress (TUC) - confederação sindical que congrega 12 milhões de trabalhadores - rejeitou no final de setembro, o teto de 5% fixado pelas autoridades para a chamada quarta fase de controle de preços e salários, cuja finalidade seria a de conter a inflação.

Na terceira fase iniciada em 1º de agosto do ano passado - o teto foi exatamente o dobro (10%), o que não conseguiu deter a erosão da renda dos trabalhadores. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, a renda pessoal disponível - depois de descontados os efeitos da inflação - registrou uma

queda de 0,3%. Isso demonstra, ao que parece, que a contenção dos preços - que seria a contrapartida do controle salarial - não foi tão rigidamente cobrada do setor empresarial pelo governo trabalhista.

Negociação direta

As reivindicações apresentam diferenças, dependendo do setor trabalhista. Mas todos têm pelo menos dois pontos em comum: a rejeição do teto de 5% e a luta pela volta da livre negociação coletiva entre patrões e empregados.

Na sua convenção anual, que aconteceu em julho, o Sindicato

Nacional dos Mineiros (NUM) decidiu pleitear um reajuste de 40% para seus 250 mil filiados. Já as principais centrais sindicais ligadas à indústria exigem um aumento de 40 dólares semanais para todos os trabalhadores ligados à produção (atualmente, eles têm uma renda média semanal de 160 dólares, o que significa um reajuste de 25%). Além disso, essas centrais querem reduzir a semana de trabalho para 35 horas, melhorar a previdência social e obter benefícios adicionais.

A possibilidade de obter essas reivindicações depende, em boa parte, do encaminhamento das negociações na Ford. No início da semana passada, houve um encontro entre representantes sindicais e diretores da empresa: seu único resultado foi a decisão de dar continuidade à greve, já que a companhia não apresentou nenhuma proposta aceitável. Uma outra reunião foi marcada para esta última sexta-feira e as previsões eram de que a Ford alargaria sua oferta em decorrência de vários fatores: desde o começo da greve, a empresa já teve prejuízos superiores a 100 milhões de libras; há o precedente da BOC Internacional Ltda., que concordou com um reajuste de 8%; e fontes do próprio Ministério das Finanças concordavam em que um aumento de 8% ou mesmo de 10% "não seria um desastre".

Dependência do Partido Trabalhista

Além da pressão exercida pelos

57 mil grevistas, há um outro fator de peso no rumo das negociações: a ligação das principais centrais sindicais - e, particularmente, da cúpula do Trades Union Congress (TUC) - ao Partido Trabalhista. É esse entrosamento que permite um maior controle do governo trabalhista sobre o movimento britânico, impedindo que ele ultrapasse os limites considerados aceitáveis; ao mesmo tempo, mesmo rejeitando sucessivamente as fases de contenção salarial impostas pelo governo, o TUC joga todo o peso de sua máquina no apoio eleitoral aos trabalhistas nas eleições gerais previstas para este ano, conforme decisão de sua última convenção anual.

Apesar das divergências, o clima de entendimento entre o TUC e os trabalhistas é pano de fundo no qual se apóia agora o presidente da Ford Motor Co. britânica, Terence Berckett, para pedir ponderação nas negociações; na semana passada, ele assinalou que as centrais sindicais prometeram "atuar responsabilmente", durante o congresso anual do Partido Trabalhista, realizado no início deste mês.

O entrosamento não se dá apenas ao nível de questões específicas, como a campanha salarial, mas a longo prazo. Em julho passado, o TUC e o Partido Trabalhista divulgaram um acordo sobre seus objetivos políticos e econômicos para a década de 80. Esse foi o quarto documento desse tipo elaborado pela central sindical e o partido. E embora trate inclusive de questões

trabalhistas, como a redução do desemprego, evita tocar na questão salarial, por ser esta um ponto de atrito entre as duas partes.

O documento coloca como principal objetivo do acordo a redução do desemprego, através de maior crescimento econômico, obtido em decorrência da exploração do petróleo do Mar do Norte. Ou seja; não se trata de buscar soluções para as causas mais profundas do desemprego entre elas a queda da produção industrial, a perda de mercados pela Grã-Bretanha, face à menor competitividade de seus produtos - mas apelar para saídas paliativas e não de longo prazo. Enquanto isso, o desemprego continua a afetar 6,7% da força de trabalho do País (estatística de 15 de agosto), atingindo um total de 1.608.316 trabalhadores.



PARA SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

MDB



PARA DEPUTADO FEDERAL DARCY PASSOS Nº 396 MDB



PARA DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FUNARI FILHO Nº 1538 MDB



PARA DEPUTADO ESTADUAL MARCO AURÉLIO RIBEIRO Nº 1517 MDB



PARA DEPUTADO ESTADUAL EDUARDO MATARAZZO SUPICLY Nº 1402 MDB



PARA DEPUTADO ESTADUAL GERALDO SIQUEIRA Nº 1471 MDB



PARA DEPUTADO FEDERAL AIRTON SOARES Nº 336 MDB

Cresce a resistência à ditadura

"Videla perdeu o apoio militar"

Que resultados restaram do mundial de futebol em seu país?

A realização do Mundial de futebol em nosso país deixou um saldo bastante positivo para nós, pois demonstramos que o Movimento Peronista Montonero não foi exterminado, uma prova disto é que Norberto Armando Habegger reuniu-se em Buenos Aires, clandestinamente, com outros dirigentes do movimento, nas barbas de Videla. Outra prova, ainda, foram as manifestações realizadas pelo povo, onde voltou-se à utilização de "vinchas" e "bombos" (tambores) que caracterizam o movimento peronista. Além das manifestações das "locas de la Plaza de Mayo" - mães que têm maridos ou filhos presos ou desaparecidos e que se reúnem no centro (zocalo) da cidade para pressionar o governo. Tudo isto reflete que o conjunto do povo resiste à ditadura.

O MPM realizou, durante o Mundial, 25 operações militares contra a ditadura, 7 dentre as quais, em pontos nevralgicos: Casa do Governo, Escola Superior de Guerra, Escola de Mecânica da Armada, Serviço de Inteligência do Exército; todas as operações foram realizadas com o foguete RPG7, de fabricação soviética. O MPM não registrou nenhuma baixa nestas operações. Tudo se efetivou de acordo com os planos. Por outro lado, o Partido Peronista realizou duas intervenções em estações de rádio, valendo-se de interferências realizadas pela Rádio Libertación, que é um aparelho fabricado por nós mesmos (este aparelho interfere tanto nos programas de rádio, quanto nos de televisão. Neste último caso, apaga-se a imagem mas escuta-se o som). Sua sigla é RLTV. Isto é considerável se se levar em consideração que a rádio e a televisão estão nas mãos da ditadura.

Estes fatos demonstram que o governo não conseguiu liquidar o MPM e que

tampouco conseguiu manter a divisão no seio do movimento operário. Apesar de estarem sob intervenção as princi-

pais centrais, os operários e dirigentes responderam às pressões do governo, tal como foi o caso da greve dos portuários, que já dura mais de um mês, e das grandes greves de empresas e serviços do Estado no fim do ano passado. As greves têm maior valor dentro destas condições.

A resistência do povo contra a ditadura não diminuiu, pelo contrário, se fortaleceu. Assim, desde que em Córdoba, nos dois primeiros meses da ditadura, de 128 delegados sindicais 108 foram mortos, até as greves de hoje, o povo continua na luta contra a ditadura. A etapa de resistência do povo passa a ser contra-ofensiva e esta contra-ofensiva se soltará à medida em que o povo vá tomando as ruas do país.

Que representa para o MPM a mudança de Videla na direção da ditadura?

Dada a tradição de luta (há 4 milhões de operários industriais em 10 milhões de assalariados) e a concepção política do povo é que este evitou que a ditadura o golpeasse mais profundamente.

Apresentou-se resistência em todos os planos à política do ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz. Tudo isto somado à incapacidade manifesta da ditadura têm determinado mudanças e passos para trás dos nossos adversários.

Videla perdeu o apoio militar e tem que passar a outro plano para prestar contas ao exército. A figura de Massera demonstra mais claramente o processo de fissura, suas constantes viagens ao exterior, além da queda do PIB em uns 5% no primeiro trimestre e uma inflação de 200% ao ano, o que se agudiza pela saída do país da General Motors e da Goodyear. Sua saída deixa um saldo de 35 mil trabalhadores na rua.

Esgota-se a ofensiva do inimigo. Isolado de todos os poderes, ele trabalha pela mudança de Videla.

Qual é a posição do MPM diante da política de Carter?

Montonero

A entrevista com Miguel Bonasso, conhecido jornalista argentino e dirigente do Movimento Peronista Montonero, foi feita pelo Centro Internacional de Informação Latino-Americano (CIILA). Nela, Bonasso, fala das perspectivas que se abrem para o seu movimento e para o conjunto dos setores populares, num momento em que se acentua as divisões no bloco militar e em que os operários começam a retomar suas lutas.

Consideramos que há um fenômeno global e complexo: o imperialismo, que é a soma de interesses com expressões econômicas e políticas. Ele se viu sacudido por dois fenômenos: a luta dos povos por sua libertação e as dificuldades que a atual situação de crise lhe causou. São estes dois elementos que obrigaram a reformular a situação dos Estados Unidos no plano internacional. Exigimos de Carter que seja consequente com a política que anuncia. To-

mamos sua palavra e exigimos que seja levada às últimas conseqüências. Sabemos que a luta de Libertação Nacional será produto da luta dos povos contra as oligarquias nacionais e o imperialismo, mas isto não implica que não recorramos aos setores progressistas que há nos Estados Unidos.

Atuamos em todos os pontos dos Estados Unidos.

Da redação à luta popular

Miguel Bonasso, juntamente com Eduardo Galeano, Rodolfo Walls e outros, fez parte de um grupo de jornalistas argentinos e uruguaios, que, a partir de 1972, desencadeou um movimento que ficou conhecido como "verdadeira revolução na imprensa e na cultura popular Rioplatense".

Basta dizer que o jornal Notícias, dirigido por Miguel Bonasso, alcançou a tiragem de 300 mil exemplares em apenas três meses de existência. Ou seja, para desgosto da grande imprensa argentina, ultrapassou as tiragens dos tradicionais Clarín e La Nación.

Nesse período, a revista Crisis, dirigida por Galeano, editava pela primeira vez na América Latina 30 mil exemplares mensais, feito totalmente extraordinário, na época, em se tratando de uma publicação cultural.

Tanto esses casos, como muitos outros de menor repercussão, tiveram uma mesma causa: o verdadeiro interesse de seus realizadores em revelar, pela imprensa, o ponto de vista do povo sobre todos os aspectos da vida do país e mesmo do mundo.

Como era de se esperar, tal posição lhes valeu, desde o primeiro momento, a repressão mais sangrenta. Mes-

mo em pleno "governo popular", esses órgãos de expressão foram bombardeados, seus diretores ameaçados, seqüestrados ou simplesmente assassinados.

A partir desse momento, não restou outra alternativa aos "sobreviventes" dessa geração de jornalistas senão a de se integrar na luta de todo o povo, contribuindo para ela com sua vida e seus conhecimentos. Mais tarde, não foi mais possível nem continuar vivendo em seu próprio país - o exílio passou a ser o último reduto de resistência.

Não se pense, porém, que o exílio representa tranquilidade para essa geração de poetas, escritores, jornalistas e militantes políticos. Basta lembrar que no mês passado, no Rio de Janeiro, foi seqüestrado o jornalista Norberto Habegger, ex-chefe de redação do Notícias e membro da secretaria de imprensa do Movimento Peronista Montonero. "O longo braço" da ditadura argentina visa destruir todo vestígio da verdade popular e revolucionária, o que levou - até agora - à morte de um jornalista por mês, nestes 30 negros meses em que o regime militar conseguiu se impor sobre o povo.

Guillermo M. Vazquez

VIRAMUNDO

NICARÁGUA

FSLN prepara nova ofensiva



Agora, que começa a ceder politicamente, o ditador Anastácio Somoza pode ser obrigado a ceder também no campo militar, caso se confirme o anúncio feito na última quarta-feira, em Genebra pelo dirigente da FSLN, Castaneda internacional."

Pressionado pela Comissão Inter-americana de Mediação, Somoza suspendeu a censura prévia à imprensa, mantendo-a porém para as emissoras de rádio e televisão. Esta abertura é conseqüência das dubiedades da política norte-americana de um lado e a "defesa dos direitos humanos" de Carter (que poderia se fosse consequente ter evitado o derramamento de sangue na Nicarágua) e, de outro, a persistência dos Estados Unidos em continuar controlando o país, quando Somoza cair.

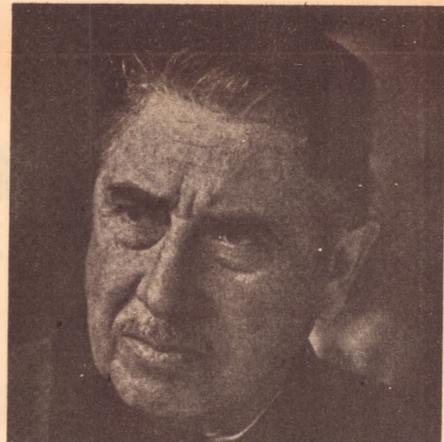
Já a Frente Ampla de Oposição (FAO) - liberal, em sua grande maioria está forçado a ceder também o estado de sítio e a lei marcial, caso contrário ela não participará de modo algum das gestões mediadoras que estão sendo realizadas por uma comissão de representantes dos Estados Unidos, Guatemala e República Dominicana.

Aqui no Brasil, em Belo Horizonte, cerca de 30 nicaraguenses, em sua maioria estudantes da UFMG, realizaram na última quinta-feira, um ato litúrgico em solidariedade ao povo da Nicarágua. Segundo eles "apesar da paralisação dos combates, o povo continua sendo morto pela ditadura de Somoza".

Os DCEs da Federal e da Católica, junto com o Grupo Cristão Universitário, apoiaram a iniciativa. (Cleide Ono).

CHILE

Mais denúncias de desaparecidos



Nesta semana, o secretário-geral da Conferência Episcopal do Chile, monsenhor Bernardo Pinerá, apresentou ao ministro do Interior, Sergio Fernández, mais 61 casos de detidos que desapareceram. Com essa nova leva, o total de desaparecimentos, sobre os quais a Igreja chilena está pedindo informações à ditadura do ge-

neral Augusto Pinochet, chega a 433 casos. Um total reduzido, se se leva em conta as centenas de pessoas seqüestradas pelas forças de segurança e que até agora não tiveram sua situação esclarecida, como são os casos dos 615 detidos-desaparecidos denunciados pela Comissão de Solidariedade aos presos políticos de Santiago.

NAMÍBIA

EUA querem passar na frente

A independência da Namíbia passa a ser a preocupação mais direta do secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, que deixou na última quinta-feira os Estados Unidos com destino à África do Sul. O ex-primeiro-ministro John Vorster, agora presidente do país do apartheid (ou seja, da discriminação racial institucionalizada), que já havia aceito o plano da ONU para a independência da Namíbia, voltou atrás recentemente, declarando que estava disposto a realizar "eleições internas e unilaterais" para resolver o problema.

A intensificação da luta armada, os protestos internacionais e a pressão dos Estados Unidos (preocupados com a possível vitória da guerrilha de libertação nacional)

podem levar Vorster e o atual primeiro-ministro Botha (outro direitista radical) a aceitar o plano da ONU, que prevê a realização de eleições na Namíbia, sob a supervisão do organismo internacional. Prevê também que, durante o governo de transição, cerca de 10 mil soldados das Nações Unidas estarão no território "para garantir o processo pacífico".

A situação da Namíbia agravou-se a tal ponto que até o regime brasileiro se viu na obrigação de desmentir que já tivesse resolvido enviar tropas para o país africano. Sem alistar essa hipótese, o governo limitou-se a negar que a decisão já estivesse tomada. Resta saber se tal presença está sendo solicitada...

BEAGLE

Argentina convoca reservistas

O clima de pré-guerra intensificou-se na semana passada entre as ditaduras da Argentina e do Chile, logo que o regime do general Jorge Rafael Videla decidiu convocar cerca de 500 mil reservistas, em meio às constantes manobras de defesa anti-aérea que estão sendo realizadas nas cidades próximas à fronteira com o Chile e ao deslocamento de tropas e de armas pesadas para o Sul do Continente, mais precisamente para a região do Canal de Beagle.

A tensão está aumentando justamente no período em que a Comissão Mista Número Dois - que negocia a disputa fronteiriça - está chegando ao fim do prazo estipulado para a obtenção de um acordo,

previsto para 2 de novembro. O objetivo da ditadura argentina, além do pretexto de mobilização interna, que serve para desviar a atenção dos graves problemas do país, é fazer com que o Chile abdique do mar territorial das ilhas Picton, Nueva e Lennox. A razão da exigência é "geopolítica": caso não abdique, o Chile se tornará um país também atlântico. Tudo indica que o governo argentino cederá as ilhas ao Chile (o que já foi determinado pela Corte Arbitral da Grã Bretanha), mas procurará evitar a todo custo que o "país vizinho" atinja o Oceano Atlântico. Caso não saia acordo, o que parece improvável, a saída militar já está preparada.

"Provocamos o processo democrático"

Quais são as tarefas que desempenha atualmente o MPM e qual é a política que segue com relação ao que foi colocado?

Estamos lutando para que haja democracia, para que a C.G.T. seja um organismo legal e que os militares e torturadores sejam julgados por um tribunal popular. Neste momento estamos convocando a congregação de uma Frente que coloque os setores do campo e a nação nas mãos dos operários, empregados, pequenos e médios proprietários. Todos os setores agredidos pela ditadura são aliados naturais desta Frente, assim como uma série de partidos políticos progressistas. Nossa política é a de reunificar o movimento peronista e a partir disto convocar a Frente que inclua setores não peronistas, pois aceitaremos a colaboração dos setores progressistas do exército, sempre e quando apoiem as demandas do Partido Peronista. Não fechamos o caminho a conversações com estes setores, inclusive deve-se assinalar que já há conversações bilaterais com militares.

Quais são as diferenças que existem entre MPM e o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores)?

As diferenças que existem entre o PRT e os Montoneros são diferenças políticas. Somos organizações diferentes. Sem dúvida, cabe assinalar que em matéria de direitos humanos existe uma relação com o PRT, quer dizer, realizamos mobilizações conjuntas, assim como todo trabalho que requeira o resgate e defesa de nossos companheiros presos ou desaparecidos. Quanto ao mais, há somente diferenças políticas.

Que importância tem o triunfo do processo argentino com relação aos demais países do Cone Sul?

O processo na Argentina é importante para todos os países da região, na medida em que é o país onde o imperialismo tem suas maiores forças.

Qual será a posição do MPM no caso em que se dê uma abertura democrática na Argentina?

Não tememos o processo democrático. Ao contrário, nós o provocamos pois confiamos na força própria do povo. A democracia é apenas um passo de transição ao socialismo, do ponto de vista da Frente. No momento se encontra em elaboração o plano do governo que assumiria o Movimento Peronista.

O preço a pagar

A entrevista de Miguel Bonasso, secretário de difusão e imprensa do Movimento Peronista Montonero, permite ver mais de perto alguns traços distintivos positivos e negativos de uma das mais enraizadas organizações de esquerda argentina. De saída, sobressai a necessidade de se apresentar como herdeiro legítimo de 30 anos de movimento (peronista) de massas. "O peronismo continua a ser a expressão de rebeldia do movimento operário", e os Montoneros se dão à tarefa de "reunificar o movimento". Colocação que certamente os aproxima de amplos setores populares; mas que não ajuda em nada o amadurecimento da consciência desses setores, em relação a um líder que se autodefiniu como "técnico em armas", que reuniu em torno de si os elementos mais corruptos da burocracia sindical e

que iniciou a violenta repressão que há mais de 4 anos se abate sobre o país. Afinal, foi durante o governo de Perón, e com o beneplácito oficial, que a Aliança Anticomunista Argentina começou a atacar sistematicamente as sedes das organizações políticas de esquerda e a eliminar os seus militantes.

Diante de tudo isso, responder que "O Velho estava sendo enganado", como faziam os Montoneros, não tinha qualquer eficácia política ou organizacional, para a organização independente das massas populares. A reivindicação da legitimidade peronista passava pela omissão diante de questões políticas decisivas - o que certamente não é o que se espera de uma organização política.

Do mesmo modo, há uma oportuna omissão quanto ao governo

de Isabel Perón, que preparou o caminho para os militares ao intensificar a repressão e a corrupção, desorientando política e ideologicamente as massas populares. Infelizmente Isabelita também é detentora do carisma "do Velho": é melhor centrar o fogo contra o inimigo de sempre, os militares, do que analisar as formas políticas concretas pelas quais a dominação burguesa se exerceu na Argentina, entre 1973 e 1976 - os governos de Perón e Isabelita.

Em outro nível, a análise Montonera se revela bastante superficial. A proposta de uma Frente "dos agredidos pela ditadura" não é acompanhada de qualquer programa (o qual, tampouco, estaria em elaboração); a proposta de reunificação do movimento peronista é, no mínimo, discreta quanto às relações com os setores corruptos da

burocracia sindical, que sempre constituíram o esqueleto do movimento peronista. Será necessário apenas "que o povo tome as ruas, para que o processo se desenvolva".

Se, num futuro próximo, a ditadura argentina entrar em crise e o povo tomar as ruas, é certo que "algo" vai se desenvolver, e que os militantes Montoneros estarão junto aos setores populares. Mas, apesar da dedicação e heroísmo de seus quadros, o amadurecimento da consciência revolucionária entre as massas, e sua auto-organização, deverão passar pelo rompimento com o paternalismo e a política de aliança de classes que caracterizaram os "bons velhos tempos" do peronismo. E este é um preço que, até agora, os Montoneros não estão dispostos a pagar. (C.E.)



OS EXILADOS: COMO VOLTAR?

Os exilados brasileiros na Europa têm a ilusão de retornar logo ao país? "Voltar só pode estar ligado à reconquista de todos os direitos, à possibilidade de trabalhar e estudar e, principalmente, à possibilidade de expressão política, liberdade de organização e manifestação".

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc. para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Médicos denunciam a farsa da Saúde

Reunidos recentemente em assembléia geral, os delegados do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, representando vários hospitais cariocas, denunciaram as péssimas condições de trabalho a que são submetidos, os baixos salários, exploração dos médicos-residentes e "a proliferação indiscriminada das escolas de medicina sem que permitam uma formação profissional adequada".

"A opção pela Medicina implica muito mais que a escolha de uma profissão, seja pelo próprio objeto - o homem - seja pela sua finalidade - saúde.

A opção pela Medicina, antes de tudo, implica compromisso social.

E esse compromisso não nos permite mais uma atitude passiva e tolerante diante da levandade e inconseqüência com que a saúde vem sendo manipulada.

O monopólio estatal da saúde, o Decreto-lei 1.632, que inclui os profissionais da saúde entre os que exercem atividades essenciais, a propagação concernente à assistência médica pelos meios de comunicação fariam parecer que saúde é área prioritária, não fosse a constatação do status quo caótico e aberrante em que o bem-estar é encarado como possível dádiva e o homem a um segundo plano.

Mas considerando que a responsabilidade do ato médico nos cabe, e somente a nós, independentemente das circunstâncias que interferem na sua execução, cientes dos nossos compromissos e proposições e coerentes com nossas preocupações de natureza humana, não podemos nos decidir pela omissão. Nos cabe esclarecer as distorções. Já não podemos aceitar o papel de agentes da incompetência administrativa.

Os Fatos

É nosso dever denunciar a farsa da saúde.

E denunciamos a proliferação indiscriminada das escolas de medicina sem que permitam uma formação profissional adequada, desprovidas de Hospitais-escola, sem infra-estrutura que possibilite um aprendizado médico de enfoque generalista. Denunciamos as condições precárias da residência médica, em que os órgãos oficiais responsáveis por sua regulamentação desconhecem a necessidade real de profissionais por especialidade, em que os médicos residentes são utilizados como forma de minimizar os gastos da assistência médica (já que os mesmos participam do atendimento efetivo à população, sem a preceptoria obrigatória, e não fazem jus a um salário condizente nem usufruem quaisquer direitos trabalhistas). Repudiamos qualquer possibilidade de redução no número de residentes para o ano de 1979, sem que a mesma seja por um estudo profundo que a justifique, não se baseando apenas numa manobra desonesta de propósitos econômicos, que vem demonstrar o desconhecimento e desqualificação na avaliação da importância da residência médica.

Denunciamos o salário aviltante a que nos submetemos, a inobservância às próprias disposições da Lei 3.999 e da CLT, no que se refere a horário de trabalho e descanso, a insalubridade, ao adicional noturno, à chefia de serviços, a falta de regularização dos plantões de 24 horas consecutivas. Denunciamos o anacronismo da Lei 3.999, quando a categoria médica se vê na condição de assalariada. Denunciamos

o interesse patronal predominante nas linhas e entrelinhas da CLT.

Denunciamos a contradição da diretoria da assistência médica estatal e privada, que estimula a perpetuação da doença pela sua proposta de medicina paliativa. Denunciamos a política da pregação do "quantitativo", em detrimento do "qualitativo". Repudiamos o desempenho da cumplicidade e conivência nessa orientação aberrante e reiteramos nosso acato e respeito às recomendações da Organização Mundial de Saúde, inclusive as que se referem ao número de pacientes atendidos por tempo de trabalho.

"Direito do povo"

Denunciamos a precariedade das condições de trabalho, técnicas e administrativas que prejudicam consideravelmente a atuação médica, desde o estabelecimento inicial da relação médico-paciente (base do sucesso terapêutico) até as medidas de esclarecimento, diagnóstico, acompanhamento e terapêutica. Repudiamos o apelo diário ao nosso espírito humanitário e científico, no sentido de superar as dificuldades técnicas e deficiência de pessoal paramédico, para garantir a continuidade de um arremedo de medicina.

Denunciamos a aberrância dos Convênios que atendem aos mais variados interesses, exceto aos do usuário e do profissional que presta o atendimento direto a este. Denunciamos o sistema estatal que sustenta e engorda a entidade parasitária do Convênio, justificando tal atitude como a menos onerosa, esquecendo a manutenção, desenvolvimento e ampliação da rede hospitalar e ambulatorial própria, o que nos parece uma prova cabal de inércia operacional e despreparo administrativo.

Repudiamos a institucionalização desta armadilha que, nos seus trâmites tortuosos e comprometidos, enriquece o empresário, ludibria o doente e sempre a saúde do profissional da saúde.

Denunciamos as multinacionais dos medicamentos que, submetidas a um controle governamental benevolente, decidem e agem por suas próprias conveniências, induzindo a população, cansada das filias e sabidamente terapêutica, ao consumo exagerado e imprudente de drogas potencialmente perigosas. Repudiamos o manuseio do mercado ao bel-prazer das indústrias que introduzem novas drogas sem o respaldo da experiência internacional e retiram outras sem a consulta e consentimento da categoria médica.

A saúde é direito do povo.

Cuidar da saúde do homem é nosso dever e direito.

Reivindicamos, então, o que é de direito para que possamos cumprir, na plenitude, o dever.

A denúncia é um momento do processo; a avaliação crítica, o entendimento e a solução vêm a seguir.

Denunciamos a farsa.

Reivindicamos a voz ativa no processo decisório da política de saúde.

Assembléia dos Delegados Sindicais

Aberto o ano de 1978, a frase "de volta até o Natal" ganhou a imprensa, resumindo um pouco o sentimento que se desenvolvia em setores avançados do movimento de massas. O problema dos exilados e banidos passava assim a ocupar um lugar particular dentro da luta pela Anistia Geral e Irrestrita.

No exterior também, particularmente, esta bandeira ganhou impulso. E a "Campanha pelos Passaportes", como passou a ser chamada, incorporou parcelas mais significativas da colônia à luta pela Anistia.

Alguns milhares de brasileiros formam o que nos diversos países da Europa, mas também na América e na África, passou a ser chamado de colônia. Composta de refugiados e estudantes, aqueles movidos pela perseguição política, estes para fugir da pressão política e cultural, esta colônia, cada vez mais, tem algo em comum: o fato de estar fora do sufoco de uma ditadura militar, respirar um pouco da relativa liberdade conquistada pela organização e luta dos trabalhadores.

Alguns milhares de brasileiros formam o que nos diversos países da Europa, mas também na América e na África, passou a ser chamado de colônia. Composta de refugiados e estudantes, aqueles movidos pela perseguição política, estes para fugir da pressão política e cultural, esta colônia, cada vez mais, tem algo em comum: o fato de estar fora do sufoco de uma ditadura militar, respirar um pouco da relativa liberdade conquistada pela organização e luta dos trabalhadores.

Dificuldades cotidianas

O "promotor tal, que trabalha como vigia", a "professora que faz menage" (empregada doméstica) ou "cuidada de crianças", o "ex-deputado que lava e recompõe defuntos no necrotério", o "físico que trabalha como electricista", com estas pequenas histórias é que a imprensa brasileira de algum tempo para cá começa a por o seu público a par da existência desta colônia.

Explorando o lado dramático, mas nem por isso falso, a grande imprensa deu o subsídio para uma concepção da Anistia e em particular da "Campanha de Passaportes", definindo os exilados como "cotadinhos" e reivindicando passaportes para que estes pudessem "river melhor na Europa" e para alguns "que não tinham maiores compromettimentos poderem voltar".

A embaixada brasileira que, antes de embaixada foi um departamento do SNI no exterior, tem sua responsabilidade no agravamento das condições de vida da colônia, já muito dificultada pelas leis e repressão anti-estrangeiros (dificuldade para inscrever-se em escolas ou para obter carta de trabalho, por exemplo), pelo racismo, pelas diferenças culturais, pelo idioma, etc. Mas não se pode compreender o problema do exílio apenas pelo prisma da "política de passaportes" ou pelos "maus serviços" da embaixada.

Face oculta do exílio

Para despolitizar a luta pelos passaportes e a luta pela anistia, deixando-as restritas a um conteúdo "humanitário", a imprensa quando fala no exílio tem tocado apenas nos "dramas" dos exilados e deixado oculta sua outra face: a existência de luta e organização que ganha cada vez mais expressão na colônia, assumindo formas cada vez mais desenvolvidas e mais complexas.

A primeira fonte de politização que se verifica no exterior é o contraste entre a opressão política existente no Brasil e a relativa liberdade existente na Europa. Aqui o estudante recém-chegado vai encontrar os mesmos filmes que não pôde ver no Brasil devido a censura, vai encontrar uma rica produção cultural sob diversos prismas ideológicos e oriunda de diversos países. Do mesmo modo, vai ter acesso a uma imprensa revolucionária, meetings e festas de organizações e partidos revolucionários de todas as tendências e matizes imagináveis.

Na França, por exemplo, com a existên-

tência de imigrantes e refugiados de todo o mundo, se pode ter acesso a manifestações e debates políticos sobre países de quase todos os continentes. Numa mesma semana pode-se optar por conhecer o que se passa no Irã, no Saara, ou no Congo... ou talvez assistir um debate sobre as "oposições sindicais" ou sobre a imprensa alternativa no Brasil.



Desenho do cartaz para o Congresso Nacional pela Anistia, programado para os dias 2, 3, 4, e 5 de novembro em São Paulo.

Tendo por base este quadro de informações, debates, o acesso direto à literatura e imprensa revolucionária internacional, é que vão agir dois outros elementos: a influência da evolução da luta no Brasil e a atuação de uma vanguarda política gozando de relativa liberdade para sua ação.

Uma das surpresas do brasileiro que chega à Europa é o acesso a informações e debates que ele desconhecia no Brasil, através de uma imprensa livre que é editada no exterior de maneira sistemática: Brasil Socialista, Cadernos de Campanha, Conjuntura Brasileira e Debate são algumas (as mais antigas e sistemáticas) destas publicações. Mas existem outras e entre elas muitas publicações clandestinas no Brasil, mas que são publicadas e distribuídas livremente na Europa (em livrarias, festas, ou de mão em mão).

Outra das surpresas são as organizações que se formam e se desenvolvem de maneira cada vez mais complexa. O CBA (Comite Brasileiro pela Anistia), o Círculo Brasileiro de Mulheres, as Assembléias da "Campanha pelos Passaportes", os debates sobre temas nacionais reunindo cerca de 150 pessoas, os grupos de estudos, de cultura, o comitê de apoio à imprensa alternativa ou à oposição sindical, as festas, os ciclos de conferências, creches, e centros culturais para crianças, o cine-club, etc., são algumas das manifestações desta organização crescente da colônia. Ai se debate, se organiza, se luta, e se apoia o movimento que se desenvolve dentro do país. Ai se toma ou se aprofunda o gosto pela democracia, pela participação, pela liberdade de expressão e manifestação política. Ai se aprofunda o ódio pela opressão política e pelo autoritarismo.

Quando voltar?

Quando se fala que "os não comprometidos devem voltar" manifesta-se uma concepção de Anistia. Para estes, Anistia é "pacificação", é "perdão". De fato, ao se pedir para "perdoar" os que cometeram crimes políticos, o que se faz é perdoar os que prenderam, os que usaram do arbítrio, os que torturaram.

As relativas condições de liberdade que existem aqui fora, fazem com que "conhecemos muito bem quais são os "criminosos" que não se quer "perdoar", quem são os "comprometidos". Eles vivem ao nosso lado, na mesma escola, no mesmo trabalho, vivendo os mesmos problemas para sobreviver, comendo na mesma mesa do Restaurante Universitário, enfim, e o que é mais importante, participando de nossa mesma luta. Se algum de nós pegou em armas e outro não, se algum teve mais responsabilidade na luta clandestina do que outro, isto não é nada mais do que fruto de determinadas circunstâncias. Por isso é que não podemos aceitar discriminações, todos somos responsáveis de nossa luta. E por isso que se fala que todos devem voltar.

"Exilados retornarão ao Brasil em agosto"

"A manchete expressava bem o conteúdo de um artigo saído no EM TEMPO nº 20 e que refletia uma série de boatos e ilusões que se alastraram durante o mês de junho-julho nos meios que lutam pela Anistia. Agora em setembro, não é muito difícil verificar que a par uma dezena de pessoas - o que não modifica o fluxo até então existente - os exilados não voltaram. Nem uma retificação, nenhuma autocrítica nas páginas de EM TEMPO. A situação é tanto mais grave que a publicação, em largas páginas da grande imprensa, das declarações nem sempre muito combativas, desta dezena de "chegados", ao lado do boato da volta de exilados, pode servir para esvaizar a campanha da anistia que vinha ganhando força e criando um consenso no movimento popular.

Em primeiro lugar, a curto prazo não se pode esperar, ainda que o fluxo aumente, uma volta massiva dos exilados. Em segun-

Mas, voltar para que? Pode alguém trocar o direito de entrar no país pelas suas idéias, pela sua luta? Evidentemente que não. Voltar só pode estar ligado à reconquista de todos os direitos, à possibilidade de trabalhar e estudar, à possibilidade de expressão política, liberdade de organização e manifestação. Isto não significa que só se pense em voltar quando esta liberdade existir no País. Não e isto que se pensa por aqui. Sabe-se que a cada espaço político conquistado se abrem condições para novos companheiros voltarem e darem sua contribuição lá dentro para a nossa luta e se dispondo a aproveitar e buscar ampliar estes espaços. Mas o exílio não vai acabar desta maneira. Enquanto existir opressão política em nosso país muitos companheiros não poderão voltar e muitos outros continuarão sendo obrigados a sair.

A Anistia não se expressa apenas por um passaporte, mas está ligada a um conjunto de reivindicações, que garantem a sua efetividade. Estas garantias podem ser resumidas por: anulação de todos os processos políticos, fim das perseguições ideológicas, anulação de toda legislação repressiva, desmantelamento de todos os organismos criados para a repressão política, dos aparatos de tortura, das forças parapolíticas, como o Esquadrão da Morte, punição dos torturadores e responsáveis pela repressão, restabelecimento do habeas corpus, fim dos tribunais militares para julgamentos políticos, reintegração dos anistiados em seu trabalho e estudo, com a recuperação de seus legítimos direitos.

São estas as condições que realmente podem fazer com que uma Anistia não seja apenas um meio de manutenção da opressão ou o início de uma nova escalada repressiva. Aqui fora, já vivemos nos últimos anos, por duas vezes, períodos de estudo parte dos companheiros bolivianos para voltarem para cá em massa algum tempo depois, o mesmo aconteceu mais recentemente aos companheiros peruanos.

Enquanto não se volta

Enquanto não se volta, se aproveite a estada para estudar, para mastigar as experiências nossas e de tantos outros povos em luta. Se aproveite para fazer a sua imagem do Brasil no exterior. Não a que querem os governantes. A sua imagem não se pode fazer escondendo a miséria, a exploração, a opressão, a repressão e as torturas. Elas não podem mais ser escondidas. O único meio de fazer a sua imagem é mostrar a luta, a luta dos responsáveis pela situação que está.

Muitos poucos por aqui acreditam que voltar de volta antes do Natal. A grande maioria sabe que a Anistia não existirá como fruto de boa vontade de militares ou da oposição burguesa e depois do Natal, aqui e lá, temos consciência de que a luta continua.

Nilton dos Santos, de Paris

"É preciso pensar com a própria cabeça"

O leitor C. Rodrigues, da Alemanha, comentando artigo que publicamos no EM TEMPO nº 25 sobre a avaliação da campanha eleitoral da Oposição Sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, conclui sobre a necessidade do trabalho educativo como solução para "despertar a consciência crítica do trabalhador".

"Conforme o balanço das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, a Oposição Sindical sentiu a falta de uma ação de base, que se definiria em reuniões de fábrica e trabalho descentralizado ao invés do que foi feito, trabalho ideológico indireto através da distribuição de jornais, boletins, propaganda escrita em geral.

A questão neste caso envolve diretamente o problema da estratégia de se chegar ao trabalhador e a atuação sobre a sua consciência. Propaganda e/ou difusão escrita através de imprensa local foi sempre utilizada no sentido imediato de motivar o trabalhador para um fato ou uma ação presente e - neste caso - se soma aos meios de difusão em um momento de luta já existente, ou seja, tem a capacidade de atuar como um acelerador e ao mesmo tempo uniformizador do movimento já acionado. Por esse motivo atua basicamente sobre o movimento e

não no movimento. Diferentemente, a ação na base através das reuniões de fábrica e do trabalho descentralizado funciona como elemento criador de consciência e, sendo assim, promotor permanente do movimento.

Não estamos aqui tentando explicar, mas obter dos resultados práticos da movimentação da Oposição as lições que serviriam aos futuros movimentos. O trabalho chamado "educativo" que envolveria o despertar da consciência crítica no trabalhador deveria, então, ser desenvolvido permanentemente a fim de que fosse possível a composição de uma base sólida e refratária às propostas demagógicas tanto do aparelho ideológico do sistema como um todo bem como de indivíduos oriundos do seio da própria classe. A experiência do Chile, mostrou, por exemplo, que havia por parte do trabalhador um domínio do terreno político relativamente forte enquanto que no reino da

ideológico, o trabalho educativo deixava bastante a desejar. E isso é pior, pois um movimento se enraíza e se fortalece somente a partir do momento em que atinge a consciência, ou seja, ultrapassa o nível primário das mobilizações ocasionais e se estabelece mais profundamente no centro das decisões do sujeito participante. O importante não é manter o trabalhador em tempos de greve ou de mobilização eleitoral, mas básica e principalmente nos períodos de relativa estabilidade. É aí que ele é recuperado pelo sistema que atua a nível do ideológico e não do político, que é imediato. O trabalho, portanto, se deve inserir diretamente na formação de uma base crítica muito além do nível específico das reivindicações momentâneas.

A atuação sobre a ideologia deve preceder antes de mais nada uma proposta alternativa às ofertas que o sistema faz para seduzir o trabalhador. Soube-se pe-

la análise final da campanha de Belo Horizonte e Contagem que, por exemplo, o trabalhador anseia por uma mudança de profissão e que se sente relativamente insatisfeito com o status de sua classe. Ai aparece claramente o exemplo da inadequação ideológica nos indivíduos que em certos momentos também apoiam um movimento reivindicatório, mas que de uma forma geral se sentem insatisfeitos com a situação ocupacional. E sobre esse núcleo de insatisfação exatamente que deveria se preocupar o trabalho da formação ideológica, demonstrando ao operário a dignidade de sua classe, que tem sua capacidade histórica esvaizada pelo sistema. É preciso fazer entender aos trabalhadores que a ideologia de ascensão social (no caso, também, ilusória) lhe e alto imposto e especificamente para desmobilizá-lo.

Consciência crítica

Um programa portanto de formação de

consciência crítica a partir da base, utilizando meios como reuniões de fábrica, encontros noturnos (a propósito de discussão de filmes ou peças teatrais, bem como programas de televisão), ou mesmo a elaboração de boletins, mas que contasse com uma rede de colaboradores (e isso fosse bem incentivado), tenderia gradativamente nos períodos de relativa calma político-sindical a desenvolver uma certa solidariedade entre trabalhadores que os tornaria mais fortes e resistentes diante das propostas peleguistas ou manipuladoras. O fundamental é fazê-lo pensar com sua própria cabeça criticamente para que, um dia, ele não precise ser mobilizado externamente por palavras de ordem e/ou meios convencionais.

É preciso reconhecer que no fundo de cada cabeça na classe trabalhadora existe um resíduo às vezes grande, às vezes pequeno, em geral desconhecido, de ideologia nefasta que não é atingido pela mobilização passageira de uma greve ou uma eleição. É esse fundo que tem que ser atacado, e ele se manifesta nos gostos, nos preconceitos, no comportamento em casa com a companhia e na forma indefesa com que aceita as mensagens dos meios de comunicação. Esses núcleos que merecem um tratamento aprofundado por parte das instituições trabalhadoras para que de uma vez por todas se consiga que uma classe imponha suas reivindicações sem aceitar as manipulações e as manobras de quem a quer eterna neste "ablaterno".

C. Rodrigues - Bonn

O CASO DAS MÃOS AMARRADAS

Depois de quatro anos, foi julgado pela Auditoria Militar de Porto Alegre o processo contra o advogado Shuch e o tenente Ranciaro, que procuraram descobrir os responsáveis pela morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares. Resultado: os dois foram absolvidos.

Acusados de hostilidades às instituições e de colocar em perigo a Segurança Nacional, através de uma campanha de desprestígio de autoridades do III Exército, o advogado Cláudio Antenor Shuch e o tenente reformado da Aeronáutica Mário Ranciaro, após quatro anos de moroso processo, foram absolvidos no último dia 21 de agosto pela 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre. A denúncia que deu início ao processo se baseava em suas atividades para descobrir e acusar os responsáveis e executores das mortes de dois sargentos, ocorridas em 1966 e 1971 - A primeira, de Manoel Raimundo Soares, expurgado do Exército depois de 64 e que ficou conhecida como o "caso das mãos amarradas". A segunda, de Hugo Kretschoer, um dos envolvidos no assassinato de Soares e que teria sido morto por falar demais.

Manoel Raimundo foi preso no dia 11 de março de 1966 pelo DOPS gaúcho. Em 25 de junho ele escrevia sua última carta a sua mulher (texto ao lado), revelando o risco de vida que corria.

Exatamente dois meses mais tarde, no dia 25 de agosto, um corpo com as mãos amarradas às costas foi encontrado boiando no rio Jacuiba. Imediatamente telefonemas anônimos indicaram aos jornais que se tratava de um preso político, mas foi necessário que cinco dias mais tarde Elizabeth Challup Soares viesse do Rio de Janeiro a Porto Alegre para identificar o cadáver e comprovar que realmente se tratava de seu marido.

A partir de então, este crime que ocupava as primeiras páginas dos jornais foi sendo lentamente silenciado pelas autoridades responsáveis pelas investigações, a cada dia mais caladas e esquivas aos repórteres. A Assembleia Legislativa instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito que levantou nomes de pessoas envolvidas, inclusive chamando a depor por duas vezes o delegado José Morsch, responsável pela Delegacia de Ordem Social subordinada ao DOPS. Na oportunidade, ele também foi acusado de outros casos de tortura e atrocidade. Mas Morsch, no interrogatório, se limitava a repetir insistentemente que "cumprira e não discutia ordens". E uma das pessoas que lhe dava ordens e que ficou indicada como responsável pelo crime do sargento Raimundo foi o tenente coronel do Exército Luis Car-

los Menna Barreto, elemento de ligação entre o DOPS e a Secretaria de Segurança Pública, na época sob os ordens do coronel Washington Bermudez, também acusado.

Mas, apesar de todas as evidências, em 1975 o processo sobre a morte de Manoel Raimundo Soares foi concluído com a decisão de impronunciar todos os acusados por falta de provas.

Resultado contra o qual seguramente agiam o advogado Shuch e o tenente Ranciaro desde 1972, quando Elizabeth Challup Soares encarregou o primeiro de entrar com uma indenização de perdas e danos, exigindo o recebimento de uma pensão e a punição dos culpados pela morte de seu marido. Com o início desta ação, Shuch se envolve no "caso das mãos amarradas" fazendo denúncias dos responsáveis à Justiça Federal e enviando uma carta à ONU pedindo que enviados especiais viessem ao Brasil para acompanhar as investigações. O tenente Ranciaro, que no processo se diz "um investigador e pesquisador" que deseja ver "a verdade colocada em seu justo lugar", além de ter sido amigo do sargento Hugo Kretschoer, colaborava com Shuch lhe fornecendo preciosos dados sobre os crimes investigados.

"Operação Caldo"

Nas petições onde fez as denúncias, transcritas na sentença que o absoluiu no Inquérito Policial Militar mandando instaurar a pedido de alguns dos acusados de envolvimento no crime - major Attila Rohrer, tenente R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral e sargentos Enio Castilhos Ibañez e Itamar Matos Bones - Shuch explica a morte de Manoel Raimundo Soares, que no dia 13 de agosto de 1966 assinou um documento de soltura no DOPS.

"Ainda no dia 13 de agosto (sábado), às 22h30 min, o preso Manoel Raimundo Soares, ao descer as escadas do DOPS, por ocasião de sua pseudo-libertação, foi agarrado e colocado num jipão do Exército, pelos militares abaixo citados. Cerca das 23h30 min, o sargento Milton Ferraz e seus colegas, sargentos Hugo Kretschoer, Nilo Vaz de Oliveira (vulgo Nilo Jaguarão), Enio Cardoso da Silva, Theobaldo Eugênio Berhens, Itamar de Matos Bones, Elvir Behs, Volney da Cunha, Volmir, tenentes R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral e Rui Alberto Duarte, capitão R/1 Darci Paiva Bueno e outros, sob os ordens do tenente coronel Luis Carlos Menna Barreto e major Attila Rohrer-

zer, conduziram o preso Manoel Raimundo Soares num jipão da extinta Companhia de Polícia do Exército, pilotado pelo sargento Milton Ferraz, para o rio Jacuiba, local esse onde a vítima foi assassinada pelos referidos militares". Nas atas da sentença, Shuch afirma ainda que "a vítima foi submetida a bestiais torturas e asfixias, na ocasião em que foi detida pela Polícia do Exército".

Em uma representação enviada ao presidente do Superior Tribunal Militar, pedindo a instauração de um IPM para apurar a posição dos ofendidos e que consta do processo, Shuch assegura "que as autoridades dos órgãos de Segurança desta capital, responsáveis pela integridade física da pessoa humana, abrigam em seus órgãos bandidos, corruptos, financiadores de entorpecentes e assaltantes de bancos, etc". Ele sugere, então, que sejam ouvidas como testemunhas "pessoas que foram espancadas, torturadas e massacradas pelo III Exército".

Na carta que enviou à ONU, em 1972, Shuch denuncia o rapto do sargento Raimundo após sua falsa libertação pelo DOPS, concluindo que 26 militares e policiais participaram do "monstruoso assassinato", que segundo autopsia feita após o achado do corpo constatou morte por afogamento. E a data do crime foi comprovada pela perícia, de acordo com os jornais da época, realmente no dia 13 de agosto, tendo o corpo aparecido somente no dia 25 porque "no inverno o cadáver demora cerca de dez dias para retornar à superfície".

A explicação para tantos participantes no crime é dada por declarações de Elizabeth Challup Soares, que constam da sentença: "A morte de meu marido se deu quando o submergiam, imobilizado, nas águas do rio, na chamada operação caldo, vindo a corda a escapar das mãos dos torturadores, sendo o corpo levado pelas águas". Se esta versão fosse verdadeira, não se entende porque havia necessidade de simular a libertação do sargento Raimundo pelo DOPS. Contudo, ela poderia justificar a explicação de tantas testemunhas e executantes num crime que seguramente se tornaria público. No caso de um assassinato premeditado, possívelmente o número de executantes fosse mais reduzido.

E, desta forma, talvez o sargento Hugo Kretschoer não tivesse participado do crime que mais tarde o faria passar para a lista das vítimas, torturado pelos remorsos e a necessidade de ex-

travar suas culpas, conforme relata na sentença o depoimento do tenente Ranciaro. "A morte do sargento Hugo Kretschoer, pertencente à Companhia do III Exército (garagem), ocorreu na madrugada do dia 12 de junho de 1971, aproximadamente, dentro do caminhão do Exército dirigido por Bruno Kackmann, que vinha do bairro Cristal para o centro desta capital, transportando militares do Exército e da Brigada, bem como civis e mulheres de boate, estando todas estas pessoas relacionadas no requerimento, em 11 folhas datilografadas, que ora apresenta ao Conselho de Justiça para ser juntada ao processo".

Ranciaro declara ainda que "conheceu o sargento Hugo Kretschoer em 1958 ou 1959 em Porto Alegre, que o referido sargento serviu no 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria, sendo depois transferido para o 3º Regimento de Engenharia de Cachoeira do Sul e finalmente para o QG do III Exército". Na ocasião, o III Exército nezo que tivesse em suas fileiras qualquer militar, denominado Hugo Kretschoer, conforme consta do processo. Ranciaro, segundo as atas da sentença, afirmou que "foi por iniciativa própria que fez investigações sobre as mortes dos sargentos Manoel Raimundo Soares e Hugo Kretschoer, no intuito de colaborar com a Justiça; que os dados que coletou nessas investigações constam de relatórios que foram encaminhados à Presidência da República e ao Superior Tribunal Militar".

Reconstituição dos fatos

No relatório enviado ao Superior Tribunal Militar, Ranciaro reconstituiu detalhadamente os fatos destas duas mortes assim como fornece os nomes dos que o praticaram, coincidindo nas questões principais com o anteriormente denunciado pelo advogado Shuch. Quanto a morte de Hugo Kretschoer, que pessoalmente lhe teria confessado sua participação no assassinato de Manoel Raimundo Soares, Ranciaro informa que duas festas foram realizadas na noite de 11 para 12 de junho: uma no Cassino dos Sargentos da 1ª Companhia de Guardas e outra num conhecido cabaré gaúcho - a Mônica. Nesta segunda festa, conforme assegura Ranciaro em seu relatório, houve um atrito entre o sargento Kretschoer e seus colegas de farda que o esbofetearam, balearam e ameaçaram de morte, porque ele voltava a fa-

lar sobre a morte de Manoel Raimundo Soares e indicava o nome dos participantes em seu assassinato". E, casualmente, seus colegas presentes seriam alguns dos responsáveis pelo "caso das mãos amarradas": "tenente coronel Attila Rohrer, sargentos Nilo Vaz de Oliveira, Francisco Behs, Elvir de Brito e tenente R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral", enumera Ranciaro.

E o tenente reformado da Aeronáutica continua seu relato, como consta na sentença: "O segundo sargento Hugo Kretschoer saiu da boate quase morto e depois foi assassinado dentro do caminhão militar com um tiro na nuca pelo tenente R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral. (...) Logo após o crime praticado de 12 de junho de 1971, o cabo Bruno Hackmann, motorista da viatura, simulou um acidente de trânsito na avenida Borges de Medeiros, defronte ao cinema Capitólio, com o caminhão camburão, que demoliu a guarita que existia naquele local. (...) Os participantes do crime não deixaram a polícia civil levar o corpo da vítima para o Instituto Médico Legal (...) e o tenente R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral impediu que a polícia civil fizesse o levantamento topográfico sobre o crime e cujo levantamento topográfico foi procedido pela Polícia do Exército".

Ranciaro esclarece ainda, no depoimento transcrito pela sentença, "que os participantes do crime premeditado levaram o corpo da vítima para o prédio sito a rua Bento Martins, 475, apartamento 2, onde estava estacionado o táxi Opala cor de laranja, esperando o corpo para ser removido para o quilômetro zero nas proximidades do rio Jacuiba, sendo o referido corpo jogado num banhado, ao lado de uns painéis, da firma de propaganda Hélio Lux, quase defronte da estação da rádio Gaúcha".

Contradição nos autos?

Comentando esta versão dos fatos o advogado da defesa diz que a narrativa feita por Mário Ranciaro, no tocante ao sargento Hugo Kretschoer, é fantasiosa e divorciada da realidade", atribuindo tal versão a uma interpretação emocional que Mário Ranciaro deu ao caso.

No entanto, existe uma contradição nos autos da sentença com relação às datas do assassinato, pois o advogado declara que "o segundo sargento foi assassinado pelo pessoal da patrulha do 3º batalhão da Polícia do Exército, em

abril de 1972, na avenida Borges de Medeiros, esquina com a Demétrio Ribeiro" em um jipão da referida unidade militar, por ter revelado a terceiros, inclusive para sua esposa e filhos o fato delituoso de que trata a denúncia oferecida pelo ministério público sobre a morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares".

A versão do acidente ocorrido no noite do dia 12 de junho não foi noticiada pela imprensa. Até hoje nada existe para comprovar que ela é verdadeira. Em agosto de 1974, um esqueleto humano é encontrado nas proximidades da ponte sobre o rio Jacuiba, mais tarde identificado como os restos mortais de Hugo Kretschoer, conforme informação da Polícia Rodoviária Federal, em ofício número 1.440, onde precisa também que se limitou a comunicar o fato ao Departamento de Polícia Metropolitana. Mesmo assim, fica a pergunta: onde esteve o cadáver de Hugo Kretschoer durante todo este tempo? Até hoje nada foi esclarecido.

O tenente reformado da Aeronáutica, Mário Ranciaro, procurado por EM TEMPO após sua absolvição da denúncia de "atentar contra a Segurança Nacional e de difamar as Forças Armadas", garante que a Presidência da República mandou instaurar inquérito para realmente esclarecer estas duas mortes e punir seus responsáveis. Segundo ele, os resultados destas investigações deverão ser divulgados em breve.

Por outro lado, os acusados negaram sua participação em ambos assassinatos. O major Attila Rohrer, em depoimento prestado em 26 de março de 1974, na primeira auditoria militar, nega o envolvimento do seu nome "no imaginário homicídio do ex-sargento Manoel Raimundo Soares totalmente desconhecido para si até a data de hoje, bem como a acusação de torturas e mortes em outros processos".

Também negaram qualquer participação nos crimes, através de depoimentos incorporados na sentença, o tenente Luiz Otávio Lopes Cabral, sargento Itamar de Matos Bones e o tenente Rui Alberto Duarte.

Outro detalhe importante é que o processo contra Cláudio Antenor Shuch e Mário Ranciaro foi iniciado em 1974 e que teve a sua conclusão, há dois meses, chegou a surpreender os envolvidos. Mas ainda inusitada foi a decisão de absolvição, pois todos estavam praticamente certos de que haveria uma condenação.

(Sucursal de Porto Alegre).



"Temor servil, não tenho!"

A última carta (da prisão).

Preso no dia 11 de março de 1966 pelo DOPS gaúcho, segundo consta em declarações de Shuch no processo, no dia 19 de março Manoel Raimundo Soares foi transferido do DOPS para a Ilha do Presídio, no rio Jacuiba, onde aos 25 de junho, escrevia sua nona e última carta à esposa:

"A quem interessar possa: Eu, abaixo assinado, brasileiro, 30 anos de idade, residente na rua Coelho Lisboa, nº 30, apto. 12 - Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro - GB, casado com a sra. Elizabeth Challup Soares, conhecida efetivamente por Betinha, ex-sargento do Exército, de cujas fileiras fui expurgado (para minha honra), após o golpe de Estado ocorrido no Brasil a 1º de abril de 1964, declaro: - Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha-Presídio onde me encontro hoje, depois de ter sido selvagememente seviciado e massacrado durante oito dias no Quartel da 6ª Companhia da Polícia do

Exército e nas salas do DOPS. (...)

- Ovi dizerem no DOPS que eu fui o detido mais "tratado" até hoje, dos que por lá já passaram. - Que mais posso dizer? Temor servil, não tenho! Ainda não foi necessário demonstrar que não temo a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá".

"O povo vencerá"

Após dar detalhes sobre sua prisão, Soares pede que seja impetrado um habeas-corpus no Superior Tribunal Militar. E conclui: "Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta repetir as palavras que direi enquanto tiver vida:

Abaixo a ditadura;
Viva a liberdade;
O povo vencerá.
Ilha do Presídio, Porto Alegre, 25 de junho de 1966.
Manoel Raimundo Soares, cela nº 10".

CORRUPÇÃO NA ÁREA DO ADUBO-PAPEL

Por que o ministro Falcão proibiu a divulgação da lista dos implicados na frente do adubo papel, que envolve Cr\$ 355 milhões, em três Estados do país e um processo na polícia que já possui 39 volumes?

Um dos maiores casos de corrupção de que se tem notícia, nos últimos anos, tem seus mentores sob a proteção do governo. É o que se deduz da recente proibição da divulgação da lista dos envolvidos na fraude do adubo-papel pelo Ministro Armando Falcão, da Justiça. O escândalo estourou primeiro no Rio Grande do Sul em 77, para atingir agora Goiás e Mato Grosso, onde a fraude correu grossa e justamente de onde se tem menos informações, além de outros Estados em menor escala.

No sul, só o processo que tramita na Polícia Federal contra a indústria de fertilizantes Luchisinger Madorin S.A. - a Adubos Trevo - já possui 39 volumes, com uma fraude já apurada de Cr\$ 355 milhões. Neste primeiro processo estão envolvidos como os principais responsáveis pelas transações fraudulentas o maior sócio da empresa, Alberto Anselmo Tagliari, o deputado arenista Augusto Trein, o emedebista Aldo Pinto, João Grazziotin, proprietário de uma rede de superlojas no interior, Iber Bevegnú, presidente da Farsul - Federação da Agri-

cultura do RS, e o bispo da Mitra Diocesana de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, além de gerentes de Carteiras Agrícolas de várias agências bancárias, inclusive do Banco do Brasil, e de dirigentes de cooperativas.

Mas qual o interesse do Ministro da Justiça em proibir a divulgação da lista dos envolvidos? Comenta-se que o grande nome da lista seria o do futuro governador do Rio Grande, Amaral de Souza, por suas ligações com a produção em sua terra natal, Palmeira das Missões, um dos municípios onde a fraude foi mais elevada. Outro nome a ser preservado é o de Ari Dalmolin, presidente da Fecotrig - Federação das Cooperativas de Soja e Trigo. Os relatórios da Polícia Federal são guardados a sete chaves, e mesmo com dois inquéritos abertos recentemente para averiguações na Companhia Riograndense de Adubos (CRA) e a Manah S.A. as informações são escassas.

Desses dois inquéritos sabe-se que já existem pelo menos 32 clientes da CRA

subsidiados em Cr\$ 9,3 milhões e 11 da Manah, que receberam irregularmente Cr\$ 2,6 milhões. Os agentes federais garantem, no entanto, que estes números devem multiplicar-se na medida em que forem sendo tomados os depoimentos. Estes, por sua vez, têm se constituído em grandes surpresas, pois as contradições evidenciam rapidamente as operações fraudulentas.

A operação

Os benefícios para a aquisição de adubos provinham dos bancos credenciados, conforme o Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes - Profertil - lançado pelo governo em janeiro de 75. A mecânica das operações sofria irregularidades variáveis, mas funcionava basicamente assim, como se apurou nas investigações: representante ou próprio escritório central da empresa emitia pedidos de determinadas quantidades de adubo para o cliente. Este assinava o próprio pedido ou numa nota fiscal de compra e venda, declarando ter recebido a mercadoria. Com o documento comprovan-

do a entrada da mercadoria, o representante da empresa o apresentava na carteira agrícola de qualquer agência bancária credenciada pelo Banco Central, junto com uma duplicata que, na maioria das vezes, nem assinada pelo comprador estava.

Mesmo assim, era preenchida pela empresa com os dados de operação de compra e venda inexistente. Isso bastava para que o gerente da Carteira Agrícola, em cumplicidade, liberasse para a empresa o valor do financiamento concedido ao agricultor (40 por cento do total da compra era subsidiada pelo governo e outros 60 a pagar em cinco anos com juros iniciais). Outro caso bastante comum era quando o cliente realmente comprava o adubo, só que o recebia parceladamente e em pequenas

quantidades, girando a empresa com os financiamentos liberados em seu nome.

Os números totais da fraude estão longe de ser imaginados. Ainda no Rio Grande, está em investigação atualmente a Cooperativa Tritícola de Santa Bárbara, tida como fraudulenta até em máquinas. Depois de mais de um ano descoberta, a fraude do adubo papel ainda tem seus principais responsáveis acobertados. Quanto mais alto o valor fraudulento, mais raras se tornam as informações. O que se sabe por aqui é que as operações que envolvem valores superiores a Cr\$ 500 milhões foram feitas no Mato Grosso e Goiás. E por enquanto, apesar de todo este tempo, as investigações apenas "prosseguem".

(Sucursal de Porto Alegre)

EM TEMPO!